



**Organizaciones Sociales de Agricultores Urbanos: Modelos de Gestión  
y Alianzas Innovadoras para la Incidencia Pública**

**Estudo de Caso  
ASPROVE - Associação dos Produtores do PROVE**

João Luís Homem de  
Carvalho

**Brasília - DF - Brasil  
2005**

## Nota do Autor

A proposta feita por mim de se fazer esse estudo de caso, sobre uma associação que fracassou tão logo acabou o apoio governamental, pode parecer estranha para aqueles que sabem que eu fui um dos responsáveis diretos pela idealização e implementação do PROVE e da ASPROVE. Fui motivado a fazer esse estudo de caso imbuído de dois pensamentos. O primeiro foi com a intenção de mostrar que, ao analisar aquilo não deu certo, podemos aprender muitas lições. O segundo é também de mostrar que para o público excluído e na condição de quase uma sub espécie humana, só existe uma maneira de ajudá-lo: tentar implementar idéias novas e ousadas para a inclusão social, mesmo que elas corram o risco de não darem certo. A propósito, sobre o risco de não dar certo já dizia o poeta brasileiro:

Só voa quem cai

Só anda quem tomba

Só chega quem sai

Só mexe quem soma

Só vê quem vai

Só dá quem soma

Só tem quem faz

Só monta quem doma

O RISCO DO ERRO  
PODE NÃO LEVAR AO  
QUE SE ENTENDE  
COMO CERTO,  
MAS APROXIMA

Tetê Catalão

## **INDICE**

<b>NOTA DO AUTOR .....</b>	<b>1</b>
<b>LISTAS DE TABELAS .....</b>	<b>4</b>
<b>LISTAS DE FIGURAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>4</b>
<b>LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE 1.....</b>	<b>13</b>
1. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVE A EXPERIÊNCIA .....	13
1.1 <i>Localização do país.....</i>	13
1.2. <i>Localização e contexto do Distrito Federal .....</i>	14
1.2.1. <i>Principais características de sua população .....</i>	14
1.2.2. <i>Contexto sócio – econômico .....</i>	14
1.2.3. <i>Organização institucional e política.....</i>	17
1.2.4 <i>Marco legal e normativo.....</i>	17
1.2.5. <i>Mapa de Atores.....</i>	19
<b>PARTE 2.....</b>	<b>24</b>
2. DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA .....	24
2.1. PERFIL DOS INTEGRANTES DA ASPROVE .....	30
2.2 PERFIL DA ASPROVE .....	31
2.2.1 <i>Origen da ASPROVE.....</i>	31
2.2.2 <i>Objetivos, escala de intervenção e tipo de atividades.....</i>	31
2.2.3 <i>Organização e funcionamento.....</i>	32
2.2.4. <i>Infra-estrutura e situação financeira.....</i>	32
2.2.5 <i>Interesses comuns e participação .....</i>	32
2.2.6. <i>Datas importantes outros.....</i>	33
2.3 ALIANÇAS ESTABELECIDAS PELA ASPROVE PARA EXERCER INFLUÊNCIA PÚBLICA ACESSO A RECURSOS, INSUMOS E MERCADOS .....	33
2.3.1 <i>Objetivos e motivos que levaram o estabelecimento de alianças.....</i>	33
2.3.2 <i>Atores envolvidos e mecanismos utilizados .....</i>	33
2.3.3 <i>Temas e tipos de alianças utilizados.....</i>	33
2.3.4. <i>Benefícios mútuos alcançados.....</i>	34
2.3.5 <i>Participação das mulheres jovens e velhos.....</i>	35
2.3.6 <i>Problemas identificados e formas de solucioná-los.....</i>	35
2.4 ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELA ASPROVE PARA INFLUÊNCIA PÚBLICA E ACESSO A RECURSOS, INSUMOS E MERCADO.....	40
2.4.1 <i>Principais estratégias e ações desenvolvidas .....</i>	40
2.4.2 <i>Influência política da ASPROVE.....</i>	40
2.4.3 <i>Participação das mulheres, jovens e velhos.....</i>	41
2.4.4 <i>Problemas identificados e formas de solucioná-los.....</i>	41
<b>PARTE 3.....</b>	<b>42</b>
3. ANÁLISES DAS ALIANÇAS E ESTRATÉGIAS.....	42
3.1. ANÁLISES DAS PRINCIPAIS ALIANÇAS ESTABELECIDAS .....	42
3.1.1 <i>Tipos de alianças estabelecidas.....</i>	42
3.1.2 <i>Cumprimento dos objetivos e efetividade das alianças estabelecidas.....</i>	42
3.1.3 <i>Relação da ASPROVE com seus aliados.....</i>	42
3.1.4 <i>Duração e evolução do tempo de alianças .....</i>	42
3.1.5 <i>Participação efetiva das mulheres jovens e velhos .....</i>	42
3.1.6 <i>Papel dos líderes no estabelecimento das alianças.....</i>	43
3.1.7 <i>Pontos fortes e fracos para o estabelecimento das alianças.....</i>	43
3.1.8 <i>Dificuldade e mecanismos para superá-las.....</i>	43
3.2 ANÁLISES DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS .....	44

3.2.1 Tipo e efetividade das estratégias e ações desenvolvidas .....	44
3.2.2 Êxito dos objetivos .....	45
3.2.3 Participação efetiva das mulheres jovens e velhos .....	45
3.2.4 Papel dos líderes no estabelecimento das estratégias.....	45
3.2.5 Pontos fortes e fracos para o desenvolvimento da estratégias e ações .....	45
3.2.6 Dificuldade e mecanismos para superá-las.....	45
<b>PARTE 4.....</b>	<b>46</b>
4. RESULTADOS ALCANÇADOS NO ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS E DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS .....	46
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS NO ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS.....	46
4.1.1 Resultados para membros da ASPROVE.....	46
4.1.2 Resultados para a ASPROVE com relação a sua organização, funcionamento e influência pública .....	47
4.2 RESULTADO ALCANÇADOS COM O DESENVOLVIMENTO DAS ESTRATÉGIAS.....	47
4.2.1 Resultados alcançados para os membros da ASPROVE.....	47
4.2.2 Resultados para a ASPROVE com relação a sua organização, funcionamento e influência pública .....	47
<b>PARTE 5.....</b>	<b>48</b>
5 LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES .....	48
5.1 LIÇÕES APRENDIDAS COM RELAÇÃO A ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E INCIDÊNCIA PÚBLICA. ....	48
5.2 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES .....	48
6. QUADRO COMPARATIVO ENTRE O CESAM - CENTRO DE SAÚDE ALTERNATIVA DE MURIBECA E ASPROVE- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO PROVE .....	49
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>50</b>

## LISTAS DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1- Localização do Brasil .....	13
Figura 2 -Distrito Federal e os municípios limítrofes do Estado de Minas Gerais e do Estado de Goiás .....	14

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - IDH. Índice de Desenvolvimento Humano .....	15
Tabela 2 - Coeficiente GINI do grau de desigualdades e a distribuição da receita da sociedade.....	15
Tabela 3 - Os números do PROVE ao final do Governo Democrático e Popular .....	28
Tabela 4 - Quadro comparativo entre ASPROVE e CESAM.....	49

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
GINI	Coeficiente que mede de 0 a1 o grau de desigualdades e a distribuição da receita de uma determinada sociedade
GWh	Greenwich Meridian Time. Hora medida da linha do meridiano de Greenwich
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PROVE-DF	Programa de Verticalização da Agricultura Familiar do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
UFPA	Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial
OSAUP	Organizações Sociais de Agricultores Urbanos e Peri Urbanos
BRB	Banco de Brasília
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAB	Sociedade de Abastecimento de Brasília
FZB	Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
APROVE	Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Agricultura Familiar
DIPOVA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal
CEASA	Centrais de Abastecimento de Brasília Sociedade Anônima
CIMAGRI	Central de Informações de Mercado Agrícola
PRAT	Programa Rural de Assentamento do Trabalhador
ASPROVE	Associação dos Produtores de PROVE
PT	Partido dos Trabalhadores
PDES	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal
SEAP-GDF	Secretaria de Estado de Abastecimento, Agricultura e Pecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FUNSOL	Fundo de Solidariedade
CEIA	Central de Informações Agroindustriais
RAs	Regiões Administrativas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
AGIs	Agroindústrias

## **RESUMO**

O estudo de caso que apresentamos é sobre a ASPROVE - Associação dos Produtores do PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar do Distrito Federal. Essa associação, embora tendo todas as condições de continuar funcionando até os dias de hoje, encerrou suas atividades antes de completar 5 anos de funcionamento.

O que se pretende, sem termos a pretensão de exaurir o tema, é fazer uma reflexão sobre o que aconteceu na ASPROVE considerando as diversas opiniões expressas no texto. Estudar o porquê do fracasso da ASPROVE poderá fornecer subsídios à formação de futuras associações e à maneira de como o estado deve intervir para auxiliar na organização dos produtores familiares que trabalham na agricultura urbana peri urbana e rural.

Pretende-se também, de maneira sucinta, fazer uma comparação, sem comentários, entre a ASPROVE, que teve todo o apoio do Estado e não deu certo e o CESAM - Centro de Saúde Alternativa de Muribeca de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, que apesar de não ter tido nenhum apoio do estado tem mais de oito anos de funcionamento êxitosos.

No início tínhamos a pretensão de ouvir um maior número de pessoas. Pretendíamos realizar pelo menos dois seminários e passar-lhes um formulário, mas foi explicitado por eles a vontade de não se envolverem com pessoas que não pertenciam ao atual governo. Segundo eles isso poderia lhes trazer mais problemas, pois até hoje eram lembrados como pessoas que pertenceram a um programa do PT. Respeitamos suas vontade e buscamos as declarações feitas em outra época a outras pessoas, mas que conferem igual credibilidade nos depoimentos. Para compreender o que se passou na ASPROVE tem-se que, necessariamente, conhecer o PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar do Distrito Federal, até porque todos os associados da ASPROVE pertenciam ao programa e a associação, com certeza, teve como um dos graves problemas a falência do PROVE no DF. A análise da ASPROVE, às vezes, confunde-se com a análise do PROVE embora nosso objeto de estudo seja a ASPROVE.

## **A LOCALIZAÇÃO**

A associação e o programa foram implantados no DF - Distrito Federal, que está localizado entre os paralelos de 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25'e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro - Oeste, ocupando o centro do Brasil e o centro-leste do Estado de Goiás A uma altura de 1.050 a 1.200 metros acima do nível do mar. Nessa região, além do Distrito Federal, ainda se encontram os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

A área do DF é de 5.789,16 km<sup>2</sup>, equivalendo a 0,06% da superfície do Brasil, apresentando como limites naturais o rio Descoberto, a oeste e o rio Preto, a leste. Ao norte e ao sul, o Distrito Federal é limitado por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área. Limita-se a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais, e com os seguintes municípios do Estado de Goiás: Ao norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa. Ao sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama. A leste: Formosa A oeste: Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas.

## **O CONTEXTO POLÍTICO NO QUAL SE DESENVOLVE A EXPERIÊNCIA**

Em janeiro de 1995, o professor Cristovam Buarque assumiu o governo do Distrito Federal. O compromisso político central de sua gestão situava-se na perspectiva de implementar mudanças na forma de governar, na primeira gestão local do Partido dos Trabalhadores (PT), sob o *slogan* de que Brasília seria reinaugurada (BRASIL, 2000).

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) proposto por este governo ficou registrado na Lei nº 874 de 09 de junho de 1995, onde foi apresentada uma nova concepção

de desenvolvimento, *sustentável e solidário*, com a intenção manifesta de uma gestão democrática e participativa.

A única forma de enfrentar o grande desafio da civilização de nossos dias é construindo uma nova concepção de desenvolvimento. Um desenvolvimento que não crie desigualdades, que não destrua a natureza, que não comprometa o futuro das próximas gerações, um desenvolvimento que seja simultaneamente sustentável, porque pode se reproduzir e se ampliar para as gerações futuras, e solidário, porque inclui todos os homens e mulheres no acesso à riqueza e aos serviços modernos. [...] O PDES (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1995-1998) inscreve-se nesse consenso internacional, abraçando o conceito de sustentabilidade propondo-se a avançar no rumo da construção de uma sociedade mais justa para sua população. A ruptura da lógica da exclusão, que marcou o modelo de desenvolvimento vigente entre nós desde o Brasil colonial, exige que a solidariedade seja um valor central. Sem a solidariedade no centro de nossas preocupações e decisões, não será possível conter o processo de exclusão social crescente que conhecemos hoje. Cinco são as principais dimensões de um desenvolvimento sustentável e solidário: econômica, social, ecológica, espacial e cultural (GDF, 1995, p. 3). Entre as diversas formas de governar propostas, este governo se comprometeu a:

1. governar por meio da participação;
2. governar significando o respeito ao cidadão;
3. governar significando um ato de responsabilidade; e
4. governar representando a parceria entre governo e sociedade (GDF, 1995).

Foi nesse contexto político de promessas de inovações que surgiram o Prove-DF e a ASPROVE.

## O PROVE

O PROVE foi um programa pioneiro e inovador em suas idéias e ações voltadas para um público de agricultores familiares, considerados pela Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal como "excluídos". Excluídos, no sentido de serem agricultores, historicamente, sem acesso a políticas públicas de desenvolvimento e, em linhas gerais, serem integrantes do setor mais empobrecido do meio rural do Distrito Federal.

O Prove-DF ficou conhecido, nacionalmente e internacionalmente, por ter sido, *exclusivamente*, direcionado ao setor menos favorecido dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que estabeleceu o compromisso de construir um "*desenvolvimento sustentável e solidário*". Ele representou uma experiência significativa, de concepção inovadora, enquanto um programa de governo local, voltado exclusivamente para o público de agricultores familiares. Simbolizando um exemplo pioneiro da ação de desenvolvimento do Estado, em apoio a este segmento de agricultores familiares menos favorecidos no Brasil.

O Prove-DF foi planejado e executado no Distrito Federal, mas rapidamente ganhou visibilidade social e credibilidade política, servindo, quase de imediato, como modelo para outros estados e países. Tornou-se alternativa para valorização e sobrevivência da agricultura familiar, além de auxiliar na fixação do homem no campo, diminuir o êxodo rural e contribuir na geração de renda e empregos.

Nesse sentido, o surgimento do Prove-foi um dos destaques do momento da história do Brasil, em que ocorreu a expansão de elos políticos demarcadores de uma relação denominada *diferenciada* e de *aproximação* entre o Estado e a agricultura familiar, sobretudo a partir de meados da década de 1990.

Desde o início, o Prove-DF foi considerado um Programa complexo que se preocupava em integrar ações, desde a produção até a comercialização dos produtos agropecuários beneficiados, com apoio técnico e financeiro, obtendo grande respaldo na multiplicação de suas idéias e sugestões. Seu compromisso foi voltado para o público de agricultores familiares denominados pela SEAP de "excluídos".

O Programa criou logomarca própria, que representava tanto o Prove institucionalmente como lançou no mercado os produtos produzidos pelas agroindústrias (AGIs) a ele vinculado.

Logo, após a inauguração da primeira agroindústria do Prove-DF em 1995, diversos acordos foram firmados no sentido de que seu 'modelo' fosse implantado em outros Estados da Federação, bem como em outros países em desenvolvimento. O governo do Distrito Federal chegou a doar um projeto de agroindústrias a Angola, no continente Africano, juntamente com uma agroindústria pré-fabricada pelo GDF – o "Kit-agroindústria", nos mesmos moldes das construções locais. Em outros estados do Brasil, diversos programas de verticalização da produção, da mesma natureza ou natureza semelhante à do Prove-DF, foram executados, como por exemplo: Prove-Minas (MG), Prove-Pantanal (MS), Prove-Blumenau (Blumenau-SC), Sabor Gaúcho (RS), Fábrica do Agricultor (PR) e Programa Desenvolver (SC).

O Programa e produtos com a marca PROVE foram também apresentados ao Ministério da Agricultura de Cuba, em Havana; no Salão Internacional de Alimentação de Paris, França; no Encontro Internacional de Mercados de Buenos Aires, Argentina; na Feira Internacional de Hannover, Alemanha; e no 2º Encontro de Ensino Agrícola de Línguas Portuguesas, em Lisboa, Portugal.

Apresentados na Feira Internacional de Hannover, na Alemanha, os produtos com a marca PROVE foram tão bem recebidos que a Alemanha e a África do Sul fizeram pedidos de importação. A intenção, no entanto, era a de restringir-se, ao mercado regional, porque é o mercado que confere vantagens competitivas para os tipos de produto do PROVE. Concorrendo com 325 programas, ganhou o prêmio destaque (os 5 melhores) do Concurso "Gestão Pública e Cidadania", promovido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Logo após o início do novo governo (1999-2002) o PROVE começou a sofrer um total desmonte de seus mecanismos de apoio, aos agricultores, e após 2 anos ele já não existia nos moldes que foi criado enquanto programa.

#### O PERFIL DOS INTEGRANTES DA ASPROVE

O perfil dos integrantes da ASPROVE é relatado em pesquisa feita por (Brasil. 2003) constatou as seguintes características dos associados:

- A maioria dos produtores morava no DF há mais de vinte anos (51,9%), sendo relevante a porcentagem dos que residiam há mais de trinta anos (32,5%). Do total de 578 questionários coletados, 41,7% estavam estabelecidos em seu imóvel há mais de 10 anos;
- 41,9% dos entrevistados declararam nunca ter tido outra profissão fora do setor agropecuário, seja como produtor ou como assalariado rural. 40,6% declararam já terem trabalhado em outros setores de indústria e (ou) serviços;
- A maioria das famílias era composta, no máximo, por 9 pessoas, representando 94,1%, incluindo todos os membros do núcleo familiar. Prevalencia, entretanto, a família de tamanho pequeno, até quatro pessoas, com o índice de 47,9%;
- Quanto à faixa etária, 45,3% declararam estar entre 21 a 65 anos de idade. 54,7% eram constituídos de menores, ou com idade superior a 65 anos, na faixa de prováveis aposentados;
- Com relação ao grau de instrução, 67,6% não haviam concluído o ensino básico, dos quais 35,9% só freqüentaram a escola até a 4ª série;
- A principal forma de participação social era em igrejas e associações de produtores locais;
- A principal fonte de água era a cisterna (46,2%) e o destino das águas utilizadas domesticamente, o terreiro (56,6%). O lixo freqüentemente era queimado (44,8%);
- O meio de transporte mais utilizado era o ônibus e o tamanho das casas variava de três a oito cômodos (68,3%);
- Dos produtores entrevistados, 60,4% não financiaram sua safra em 1995/1996;
- A prática da ajuda mútua não era comum entre o público pesquisado. O percentual dos que tinham por hábito esta forma de cooperação de trabalho era de apenas 8,7%.
- A renda per capita mensal por membro familiar era de 40 dólares americanos.

Os associados da ASPROVE estavam vinculados as agroindústrias da marca PROVE, eram pequenos produtores da agricultura familiar, classificados pela Secretaria de Agricultura do

Distrito Federal como “excluídos” e que tinham alguma produção, por menor que seja, no meio urbano, peri-urbano ou rural.

A principal preocupação, dessas pessoas, era a da sobrevivência, buscando obter as necessidades básicas para o sustento familiar. Talvez por isso elas não tinham tempo suficiente para pertencerem a associações, movimentos reivindicatórios organizados, sindicatos etc. São pessoas que tem uma vida recatada, além do trabalho cotidiano, seja na própria propriedade ou em outros lugares como assalariado sazonal, saem de casa somente para fazerem suas compras e às vezes para assistirem um culto religioso. Elas não acreditam em ações governamentais, a história mostra que na prática os programas que lhes oferecem traziam mais prejuízo para elas do que ganhos.

Esse público não explicita demandas. Para iniciarem a participação no PROVE e na ASPROVE, o funcionário público ia atrás dele motivando-o a participar. Essa tarefa não era das mais difíceis quando tínhamos bem resolvida, junto as instituições públicas, a discussão sobre a necessidade de priorizar os mais necessitados.

### **O PERFIL DA ASPROVE**

A ASPROVE nasce, incentivada pelos técnicos da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com a intenção inicial de que os pequenos produtores-agroindustriais, pouco a pouco, fossem substituindo o papel, de apoio, que o governo exercia.

Para adquirirem maior força, competitividade e autonomia, os agricultores do PROVE foram estimulados, inicialmente, a se associarem ou a se organizarem em cooperativas, com a Secretaria de Agricultura instruindo-os sobre cooperativismo e técnicas de gerenciamento da cooperativa, da unidade produtiva e do negócio agrícola.

No entanto, preferiram fundar uma associação. Com a criação da ASPROVE, associação dos produtores donos das agroindústrias do PROVE, os agricultores filiados começaram a assumir, eles próprios a compra de insumos e a comercialização dos produtos de suas agroindústrias, diminuindo a ação tutelar da Secretaria, o que representava um grande avanço e mais uma conquista do Programa. Na criação da Associação, os produtores incluíram no estatuto a idéia de criação e filiação à ASPROVE de associações regionais chegando a se mobilizarem, para isto. O que mostrava uma clara evidência de se articular com outros atores que não fosse do serviço público

A ASPROVE – Associação dos Pequenos Produtores das Agroindústrias do Distrito Federal, com a marca PROVE, era uma entidade civil sem fins lucrativos, com objetivo de desenvolvimento econômico dos associados, com duração indeterminada.

A organização da ASPROVE era composta pelos órgãos – Assembléia Geral, Diretoria, Conselho de Representantes e Conselho Fiscal. Os integrantes desses órgãos não eram remunerados e se vedava o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na assembléia Geral.

A eleição para membro da Diretoria e do Conselho Fiscal se dava por votação direta na assembléia Geral. O Conselho de Representantes era composto por um membro titular e um membro suplente de cada uma das regiões da Associação no Distrito Federal.

A ASPROVE, inicialmente, contava com o local de reuniões e toda a infra - estrutura (mesas, um computador, armários, cadeiras) cedida pela Secretaria de Agricultura GDF. A situação financeira da ASPROVE era mantida com o pagamento de seus associados de um percentual das vendas dos produtos PROVE.

Os interesses comuns da maioria dos associados da ASPROVE era a viabilização da comercialização de seus produtos e a compra de insumos, sem a tutela do governo. A participação durante o governo (1995-1998) foi boa depois decaiu bastante durante o novo governo.

As primeiras agroindústrias do PROVE começaram a funcionar a partir de setembro de 1995 e a ASPROVE foi fundada em 21 de julho de 1997 depois de ter mais de 100 associados e após quase 5 anos de funcionamento, suas atividades foram encerradas.

A ASPROVE tinha como finalidades/estratégias, registrada em seus estatutos: 1) Buscar o desenvolvimento social e econômico de seus associados; 2) Comercializar a produção dos associados; 3) Ampliar a capacidade de produção das unidades agro-industriais pertencentes ao PROVE; 4) Desenvolver a capacidade de gestão dos pequenos agricultores associados; 5) Buscar fontes de financiamento, doações, verbas governamentais e não governamentais que visem melhorar e ampliar as unidades agro-industriais; 6) Realizar em parceria ou por conta própria cursos de formação profissional e cultural para os associados; 7) Firmar contratos de produção com seus associados e em nome destes com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado; 8) Assinar convênios de cooperação técnica; 9) Promover os produtos PROVE na mídia e para a sociedade em geral; 10) Desenvolver pesquisas de novos produtos; 11) Adquirir matéria prima para as unidades agro-industriais de seus associados, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios.

A escala de intervenção era pequena nos primeiros anos, mas pouco a pouco notava-se que a interlocução dos produtores do PROVE passava a ser a ASPROVE e suas influências junto ao estado crescia em volume e em firmeza. Notava-se uma perspectiva de desgarrar-se do apoio tutelar do governo.

As principais atividades da ASPROVE eram: organizar vendas de produtos em feiras e eventos, supermercados etc. e dialogar institucionalmente com governo, supermercados, lojas de compra de insumos com a intenção de obter vantagens comparativas. Além disso reivindicavam cursos de capacitação e treinamento e viagens para conhecer experiências parecidas em outras unidades da federação. O âmbito de ação da ASPROVE se restringia à área do Distrito Federal. A capacitação de seus membros e comercialização de seus produtos se davam também dentro do DF.

## **ALIANÇAS E ESTRATEGIAS**

As alianças, eram pontuais com objetivo de viabilizar o negócio familiar e em sua maioria, foram com organismos governamentais. A saber: SEAP -Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária eram: EMATER -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; CEASA -Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB-Sociedade de Abastecimento de Brasília; CNPq -Conselho Nacional de Pesquisa, por meio de bolsistas especialista contratados para dar assessoria à ASPROVE. Fez-se uma única aliança com um organismo não governamental a APROVE -Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Pequena Produção Familiar. No entanto essa aliança que seria "salvadora" não se concretizou por motivos políticos. Os procedimentos utilizados para fazerem as alianças eram através de "contratos" com as instituições públicas envolvidas no suporte do PROVE (Carvalho 1998).

Dentre as estratégias adotadas as principais foram: os dirigentes da ASPROVE se tornarem visíveis para a sociedade, aproveitando o sucesso do programa PROVE, isso lhes aumentavam a auto estima e os fortaleciam-se, politicamente na sociedade, para suas sugestões e reivindicações; alianças com as diversas instituições públicas, fortalecendo, ao máximo, o "negócio", para obter maior lucratividade em suas atividades agroindustriais; elaboração de um Projeto de Lei contemplando a continuidade do PROVE e ASPROVE e garantindo os incentivos fiscais ao Programa; a criação de uma ONG que após o governo daria apoio, a ASPROVE. Criou-se , então a APROVE que tinha como finalidade básica estudar e apoiar à agregação de valor, por intermédio da verticalização da produção, em agroindústrias familiares, objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessas unidades, de forma sustentável e em respeito aos seus aspectos agroecológicos

## ANÁLISE DAS ALIANÇAS E ESTRATEGIAS

A criação da ASPROVE fazia parte da estratégia de melhorar o funcionamento do PROVE, por meio do fortalecimento da associação, e para alcançar a sustentabilidade de ambos. O governo incentivou a ASPROVE a fazer inúmeras alianças.

Sobre essas alianças (Brasil. 2003) descreve “No início do Prove-DF, em 1995, a relação entre o Estado e a agricultura familiar(excluídos) no Distrito Federal pode ser caracterizada, como *inexistente*. Diante da realidade da inexistência de uma relação estruturada entre o Estado e a agricultura familiar do DF, o governo local, na gestão 1995-1998, promoveu uma aproximação forçada. Estrategicamente, encaminhou uma identificação teórica do possível público alvo do Prove-DF, segundo critérios da Secretaria da Agricultura e, em seguida, mobilizou a equipe de assistência técnica e extensão rural da Emater -DF e demais colaboradores para a localização deste público no meio rural. Os produtores familiares excluídos, a partir de reuniões de sensibilização, foram convidados a participar de um processo de inclusão social por meio deste Programa específico e exclusivo para o grupo de agricultores menos favorecidos (excluídos). Essas etapas foram limitantes para a implementação eficiente do Programa, no sentido em que gerou um atraso na realização das metas e da construção de um número maior de agroindústrias.

Ao longo da execução do Prove -DF foi se estabelecendo uma relação de aproximação do Estado em direção a esses agricultores excluídos. Uma relação *frágil e de dependência* dos agricultores com o Estado, sendo necessário para a sobrevivência dessa relação um apoio amplo e continuado do Estado.

O Programa não conseguiu alavancar estruturas de sustentabilidade institucional, de co-responsabilização (*ownership*) entre os diversos atores sociais integrantes, tornando-se vulnerável a desmontes, descontinuidades.

Com a saída do governo que instituiu o Prove-DF em 1999, houve uma ruptura dos elos estabelecidos entre os associados da ASPROVE e se estabeleceu um quadro de descontinuidade das ações e da concepção política inicialmente implementada. Os ideais do Prove-DF foram abandonados e o funcionamento das agroindústrias foi para a clandestinidade.

*Prove e a ASPROVE* não resistiram à ausência de apoio do Estado. Em novembro de 2003, todas as agroindústrias do Prove -DF haviam encerrado suas atividades regulares. Algumas passaram a funcionar na clandestinidade.

No DF, em 2003, era possível caracterizar a relação entre o Estado e a agricultura familiar como *difusa e de abandono*. Os agricultores familiares não conseguiram se organizar satisfatoriamente até o presente momento e o Estado promove ações preconizadas para o aumento de produção e produtividade, em que o foco está vinculado a estratégias de dinamização de “produtos” agropecuários e não de setores ou grupo de agricultores familiares. Não se percebe uma preocupação explícita com ações que venham a construir um desenvolvimento em bases sustentáveis”.

A estratégias adotadas pelos dirigentes da ASPROVE de se darem visibilidade em função do sucesso do programa PROVE funcionou no primeiro governo depois não tiveram mais acesso à mídia. Da mesma forma a estratégia adotada pela ASPROVE era de, por meio das suas alianças com as diversas instituições públicas, fortalecer-se, ao máximo, o “negócio” e com isso fortalecer a própria associação. Foi exitosa no primeiro governo depois desapareceu.

As leis elaboradas e aprovadas foram postos de lados pelo governo seguinte uma vez que esse tinha a maioria na Câmara Distrital e não tinha interesse de dar continuidade ao Programa.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS COM O ESTABELECIMENTO DAS ALIANÇAS E ESTRATEGIAS**

Enquanto as alianças, estabelecidas com os diversos atores, duraram os associados da ASPROVE, tiveram excelentes resultados.

Para resolver a carência financeira do pequeno produtor na compra de embalagens e outros insumos em grande quantidade, os associados da ASPROVE usufruíam do Balcão da Pequena Agroindústria que funcionava adquirindo insumos em grande quantidade e vendendo o preço de mercado porém em quantidade acessíveis e parcelado.

Os associados da ASPROVE que moravam e trabalhavam em comunidades rurais distantes enfrentavam, entre muitos outros problemas, dificuldades para adquirir e transportar os insumos ou produtos de que precisam para cultivar a terra e para industrializar sua produção. Uma maneira de solucionar esse problema foi a criação do Caixeiro Viajante, que ia até eles. Toda semana, funcionários do Departamento de Comercialização de Material Agropecuário da FZDF percorriam as comunidades para saber o que os agricultores estavam precisando. Eles faziam o pedido e recebiam os produtos na semana seguinte.

Os associados da ASPROVE também se beneficiavam de FUNSOL – Fundo de Solidariedade – Fundo criado com recurso do Governo do Distrito Federal que avalizava, junto ao Banco empréstimos de até 1760 dólares suficientes para a construção em alvenaria ou melhoria da pequena agroindústria, de 30 a 40 m<sup>2</sup>.

Os associados eram capacitados e treinados por meio de cursos de higiene, padronização, tamanho e forma, etc. no Centro de Treinamento de EMATER. Recebiam também muitos cursos, visitas a supermercados, e orientações constantes sobre como comercializar os produtos industrializados ou semi-industrializados.

Algumas estratégias mostravam resultados positivos para seus membros. A estratégia que o presidente da ASPROVE e os associados adotaram de ter visibilidade, por meio da mídia, foi positivo. O reconhecimento público de quem eram, começava a facilitar a suas interlocuções com os agentes financeiros e super mercados entre outros. A estratégia adotada pelas mulheres também foi exitosa. Conforme relato, das associadas, percebe-se que as mulheres recuperaram a sua autoestima trabalhando no PROVE e na ASPROVE.

### **PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS**

1. Aprendemos que os associados, produtores do PROVE, deveriam passar algum tempo a mais discutindo e fazendo cursos sobre associativismo;
2. Aprendemos que os técnicos escolhidos para apoiar os produtores na organização da ASPROVE, deveriam ter mais conhecimento sobre associativismo e desenvolvimento sustentável;
3. As agroindústrias deviam ser construídas mais próximas uma das outra;
4. Os produtores do PROVE, futuros associados da ASPROVE, deveriam se capitalizar mais antes de formarem a ASPROVE;
5. A ASPROVE deveria funcionar com mais freqüência;
6. Aprendemos que quando o governo (1995-98) colocou suas instituições para atender com exclusividade o público “excluído”, todas as ações, em relação ao PROVE e a ASPROVE se tornaram complexas e de difícil realização;
7. Não há possibilidade de nenhum programa, com as intenções do PROVE, conseguir êxito total se não estiver inserido dentro de uma política de Estado;

### **PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES**

1. Mesmo com todo as dificuldades não abrir mão de trabalhar com os mais necessitados;
2. Motivar as instituições públicas, dedicadas a tarefa de apoiar associações e programas, para o público excluído é difícil porem necessária;

3. Sempre procurar modificar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais;
4. Não esquecer de que todos aqueles pertencentes a programa de agricultura urbana peri urbana e rural tem que ter paralelamente uma atividade de educação formal;
5. Procurar fazer um pacto entre as diversas correntes partidárias para acordarem no sentido de que todos programas de inclusão social sejam enquadrados em políticas de estado evitando dessa forma que os programas tenham a marca só de um ou de outro partido político.
6. Preparar o Estado. A razão disso é que o estado apesar de algumas vezes, tomar a iniciativa de trabalhar com os excluídos não está, suficientemente, preparado para essas tarefas;
7. De todos os ensinamentos, ajudando na implementação direta ou indireta do programa PROVE e da ASPROVE e elaborando esse estudo de caso, o maior foi o de que o processo de exclusão social somente pode ser compreendido a partir da prática daqueles que a ele se antepõem, ou seja, daqueles que fazem da inclusão social perseverante exercício diário e constante fazer, que é nossa melhor maneira de dizer o que somos e aonde queremos ir.

## **PARTE 1**

### **1. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVE A EXPERIÊNCIA**

#### **1.1 Localização do país**

Localizado na América do Sul, o Brasil ocupa a porção centro-oriental do continente. Apresenta uma extensa faixa de fronteiras terrestres (15.719 km), limitando-se com quase todos os países sul-americanos (exceção do Chile e do Equador), com uma extensa orla marítima (7.367 km), banhada pelo oceano Atlântico.

localiza-se a oeste do meridiano inicial ou de Greenwich, situando-se, portanto, inteiramente no hemisfério ocidental. É cortado, ao norte, pela linha do equador e apresenta 7% de suas terras no hemisfério norte e 93% no hemisfério sul. Ao sul, é cortado pelo Trópico de Capricórnio (esta linha imaginária passa em São Paulo), apresentando 92% do seu território na zona inter tropical, isto é, entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. Os 8% restantes estão na zona temperada do sul, entre o trópico de Capricórnio e o círculo polar Antártico.

A localização geográfica do Brasil e suas características políticas, econômicas e sociais enquadram-no em determinados blocos de nações. Quando havia o chamado conflito leste-oeste, o Brasil assumia sua posição de país ocidental e capitalista; como país meridional, no diálogo norte-sul, alinha-se entre os países pobres (do sul); e como país tropical compõe o grupo dos países espoliados pelo colonialismo europeu e posteriormente pelo neo colonialismo dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

*Figura 1- Localização do Brasil*



## 1.2. Localização e contexto do Distrito Federal

A construção da cidade de Brasília, localizada no espaço denominado Distrito Federal, foi iniciada em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, tendo sido inaugurada em 21 de abril de 1960. O Distrito Federal está localizado (no pequeno quadrilátero de cor branca) entre os paralelos de 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro-Oeste, ocupando o centro do Brasil e o centro-leste do Estado de Goiás. A uma altura de 1050 a 1200 metros acima do nível do mar. Nessa região (na cor azul), além do Distrito Federal, ainda se encontram os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Sua área é de 5.789,16 km<sup>2</sup>, equivalendo a 0,06% da superfície do País, apresentando como limites naturais o rio Descoberto, a oeste e o rio Preto, a leste. Ao norte e ao sul, o Distrito Federal é limitado por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área. Limita-se a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais, e com os seguintes municípios do Estado de Goiás; ao norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa; ao sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama; a leste: Formos; e a oeste: Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas (Fig. 2).

Figura 2 - Distrito Federal e os municípios limítrofes do Estado de Minas Gerais e do Estado de Goiás



### **1.2.1. Principais características de sua população**

Uma das principais características da população do Distrito Federal, é que ela é formada por imigrantes das diversas regiões do Brasil. Desde a sua criação, tem sido o recebimento de um intenso fluxo migratório. Esse comportamento populacional vem representando um acelerado processo de expansão, não contemplado na concepção original do projeto de Brasília, mas tornado determinante do processo de desenvolvimento urbano e de ocupação do seu território.

Os efeitos da migração sobre o Distrito Federal vêm-se tornando crescentemente negativos: fizeram decair os indicadores de escolaridade da população; aumentaram as taxas de desemprego; e exerceram pressão muito forte sobre os setores de educação, saúde, transporte, habitação e segurança.

Inicialmente os imigrantes eram oriundos do Estado de Minas Gerais, por ser um estado limítrofe e por ser também a terra natal do então presidente da república Juscelino. Logo após vieram em grande quantidade imigrantes do Nordeste do Brasil e de outras localidades em busca de emprego e uma vida melhor. Atualmente a maioria da população já é nascida em Brasília.

Os Brasilienses (Os habitantes são chamados de brasiliense embora existe a denominação de "candango" para as pessoas que moram em Brasília desde o seu início). já apresentam características próprias, com um sotaque, costumes e cultura característica. A maioria da população é formada por jovens.

### **1.2.2. Contexto sócio econômico**

O Produto Interno Bruto. A Participação no PIB (Produto Interno Bruto) nacional é de 2,6% (2000), com a seguinte composição: agropecuária: 0,5%; indústria: 7,7%; serviços: 91,9% (1999). O PIB per capita é de R\$ 14.405 (2000). As principais fontes de receitas são: Agricultura: milho (147.620 t), soja (102.423 t), feijão (30.335 t), tomate (15.750 t), laranja (11.070 t) (maio/2002). Pecuária: aves (5.953.267), bovinos (112.139), suínos (112.065) (2000). Mineração: areia e cascalho (2.291.000 m<sup>3</sup>), pedra britada (1.580.000 m<sup>3</sup>), calcário (2.591.250 t) (2000). Indústria: alimentícia, gráfica e de produto mineral (2000). Exportação (US\$ 11,3 milhões): soja em grão (44%), ouro em barras e fios (41%), combustíveis para aviões (8%). Importação. (US\$ 570,2 milhões): medicamentos (48%), instrumentos médicos (18%), outros instrumentos para laboratório(8%), automação postal(6%) (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

A Pobreza. Embora o índice de desenvolvimento humano (IDH) vem aumentando conforme vemos nas tabelas 1, o índice GINI também aumenta o que reflete a situação do Brasil como vice - campeão mundial das desigualdades sociais.

**Tabela 1 - IDH. Índice de Desenvolvimento Humano**

	IDHM, (1991)	IDHM (2000)	IDHM-Renda (1991)	IDHM-Renda (2000)	IDHM-Longevidade (1991)	IDHM-Longevidade (2000)	IDHM-Educação (1991)	IDHM-Educação (2000)
Brasília-DF	0,799	0,844	0,801	0,842	0,731	0,756	0,864	0,935

Fonte: IBGE (2004)

**Tabela 2 - Coeficiente GINI do grau de desigualdades e a distribuição da receita da sociedade**

Município	Índice Gini 1991	Índice Gini 2000
Brasília-DF	0,61	0,64

Fonte: IBGE (2004)

O emprego e desemprego. O contingente de ocupados em 2004 atingiu a média de 920,2 mil trabalhadores, representando crescimento de 5,9% em relação a 2003. O quantitativo de desempregados, média anual, ficou em 243,2 mil pessoas, 5,5% menor que no ano anterior. A taxa de desemprego, nesse contexto, passou de 22,9% (média 2003) para 20,9% (média 2004), caindo 2 pontos percentuais, segundo dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

O abastecimento de água. A proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água no Distrito Federal é de 99,1% no Brasil é de 90,1 (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

Acesso a energia elétrica/luz. O Distrito Federal gera 115 GWh e tem um consumo de 3.320 GWh (Portal oficial do Governo do Distrito Federal)

O saneamento básico. A proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário por rede geral coletora, fossa séptica ou rudimentar no Distrito Federal é de 99,7%, no Brasil é de 87,3% (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

Dados gerais relevantes. A malha rodoviária pavimentada é 90% (1999). Tem 95% (1999) de vias urbanas iluminadas e possui 589.383 (2000) automóveis. Existem 2 Jornais diários (2001). Possui 13 bibliotecas públicas, 25 museus 13 teatros e casas de espetáculo, 52 cinemas (1999). Telecomunicações – Telefonia fixa: 999,3 mil linhas; celulares: 906 mil (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

A taxa de alfabetização e educação. A taxa de analfabetismo absoluto em Brasília é de 6,3% e a de analfabetismo funcional é de 12,6%. No Brasil essas taxas são de 13,6% e 26% respectivamente. No ensino fundamental (8 primeiros anos) existem 374.627 matrículas (81,1% na rede pública). No ensino médio (8<sup>a</sup> ao 11<sup>o</sup> ano) 132.715 matrículas (82,4% na rede pública) (dados de 2002). No ensino superior existem 67.250 matrículas, 26,4% na rede pública (2000). A média de anos de estudo da população em Brasília é de 8,2 anos e no Brasil é de 6,3 (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

As melhores condições de educação do Distrito Federal, em relação aos demais estados Brasileiros, deve-se ao fato de que os recursos, para a educação, provém do governo federal. Nas demais regiões brasileiras a educação fundamental e básica são de responsabilidade dos estados e municípios.

A cobertura de saúde. A mortalidade infantil é de 22,20‰ (2000) o número de médicos por habitantes é de 32,8 por 10 mil hab (set./2002). O Distrito Federal possui 2,1 leitos hospitalares por mil hab. (jul./2002). A taxa bruta de natalidade é de 21‰, e a de mortalidade é de 5,5‰. No Brasil é respectivamente de 21‰ e 6,3‰. A esperança de vida ao nascer é de 65,2 anos para os homens e de 73,5 para as mulheres.

A distribuição do solo não urbanisável (rural, natural, protegido, etc.). Oliveira (2000) descreve as principais características geográficas do Distrito Federal como uma unidade da federação detentora de uma área, caracterizada como uma "área de planalto de topografias suaves e vegetação de cerrados, da qual cerca de 77% (4.496 Km<sup>2</sup> ou 449.600 ha) corresponde à área rural, sendo que 386.000 há (66% da área total) são considerados como áreas agricultáveis e outros 160.400 ha (28%) como preservação ambiental". De acordo com o Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE (2004) a maior parte da utilização das terras do Distrito Federal é feita por pastagens plantadas, lavouras temporárias e pastagens naturais (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

Contexto ambiental do estado no seu entorno. O ponto mais elevado é o pico do Roncador, na serra do Sobradinho com 1.341 metros de altitude. Os rios principais são o Paranoá, Preto, Santo Antônio do Descoberto, São Bartolomeu. A vegetação é de cerrado. O regimen pluviométrico é de 1.700 mm concentrado nos meses de outubro a março. O clima é tropical ameno, com um verão úmido e chuvoso e um inverno seco. A umidade relativa do ar é de

aproximadamente 30%, podendo chegar aos 10% ou menos no inverno. A temperatura média anual do DF é de 20,5°C, podendo chegar aos 30° no verão e a 10° no inverno. A fauna predominantemente é típica de cerrado (Portal oficial do Governo do Distrito Federal).

### 1.2.3. Organização institucional e política

Composição das autoridades municipais. Elege-se por voto universal, um governador e seu vice, 24 deputados distritais, 8 deputados federais e 3 senadores da república. O governador, seu vice e os deputados são eleitos por 4 anos de mandato, podendo se reelegerem. Os senadores são eleitos por 8 anos de mandato a cada 4 anos, não coincidindo a eleição dos três (se elege dois e depois um). O governo atual foi reeleito para o período janeiro de 2003 a dezembro de 2006.

O governo é formado também por autoridades constituídas nomeadas pelo governador. São eles secretários de estado, presidente e diretores de empresas públicas. Entre 1995 e 1998 foi Governador o Professor Cristovam Buarque do PT-Partido dos Trabalhadores (esquerda). Seu sucessor foi o Sr. Joaquim Roriz do PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro (direita).

Com a finalidade de facilitar a maneira de governar o Distrito Federal, em 1964 o território foi subdividido em oito Regiões Administrativas (RAs), descentralizando a parte administrativa, cada uma delas com um administrador. Com a evolução da ocupação, através do Decreto 11.921/89, procedeu-se à uma nova divisão em 12 RAs. Em 1993 foram criadas mais quatro RAs através do Decreto 14.604/93 e das Leis 467/93, 510/93 e 620/93. Já em 1994, outras três RAs foram criadas pelas Leis 641/94, 643/94 e 658/94, passando a totalizar as 19 RAs atuais. Cada RA tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região.

Empresas estaduais, estrutura estadual vinculada a la AUP. A estrutura Estadual vinculada diretamente ao apoio da Agricultura Urbana e Periurbana era composta da SEAP- Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária e suas vinculadas. No período de 1995-98 eram: EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal CEASA-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB- Sociedade de Abastecimento de Brasília e DIPOVA- Departamento de Inspeção de produtos de Origem Vegetal e Animal. A secretaria era dirigida pelo Secretário, Secretário Adjunto e integrantes do seu gabinete. Todos os presidentes e diretores das vinculadas eram nomeados pelo secretário e pelo governador. Nesse período esses órgãos trabalhavam unidos dentro dos projetos de governo.

### 1.2.4 Marco legal e normativo

Leis, projetos lei, decretos. Um dos problemas enfrentados, para a instalação das pequenas agroindústrias familiares, era a legislação fiscal e sanitária vigente. Elas protegiam o grande capital, no Distrito Federal, em detrimento dos pequenos empreendimentos, sob a alegação falaciosa de que existem problemas sanitários advindos da pequena industrialização e de que as grandes agroindústria mereciam, mais que as pequenas, tratamento fiscal diferenciado.

Para resolver esse problema a Secretaria de Estado da Agricultura do Governo do Distrito Federal (1995-98) elaborou leis e decreto, na área fiscal e na área sanitária, e submeteu-as, para a aprovação, à Câmara Distrital do Distrito Federal.

O Decreto nº 19.226, de 12 de maio de 1998 [...] II – Criou a UNIDADE FAMILIAR DE PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL – UFPA – Estrutura física, (GDF, 1998b). A partir desse decreto foi criada a Lei nº 1.825, de 13 de Janeiro de 1998 que institui o – Prove – criou incentivos e estabeleceu normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA. [...] Art. 3º - O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal (GDF. 1998a).

Posteriormente e na mesma direção foram criados e aprovados as seguintes leis e um estatuto:

1. A lei nº 1671, de 23 de setembro de 1997, dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem vegetal no Distrito Federal e dá outras providências, Anexo I.
2. A lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000 regulamentado pelo Decreto n.º 22.024, de 21 de março de 2001) que cria o Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF, Anexo II.
3. A lei nº 2689, de 19 de fevereiro de 2001 criada pelo poder Executivo, dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso das terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Anexo III.
4. Estatuto da Associação dos Produtores do PROVE. ASPROVE-DF. Segundo ofício de registro civil de pessoas jurídicas de Brasília - número 19560, Anexo IV

Requisitos e procedimentos para acessar a serviços, insumos e incentivos. As pessoas pertencentes a ASPROVE para ter acesso aos serviços, insumos e incentivos tinham que cumprir os seguintes pontos:

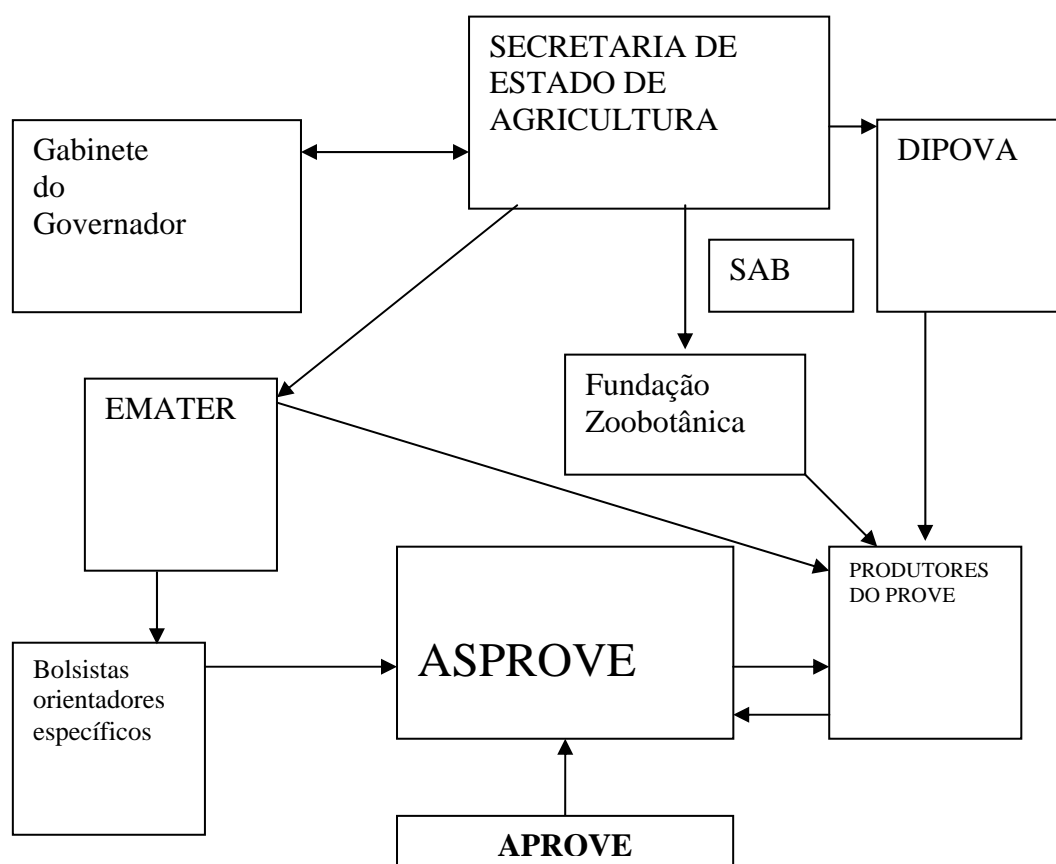
1. Cadastramento dos produtores junto ao agente financeiro – BRB- Banco de Brasília;
2. Encaminhamento de documentos necessários;
3. Elaboração de contrato de parceria e discussão com o grupo de produtores;
4. Discussão com os produtores da cédula rural;
5. Deguir cursos e treinamentos;
6. Permitir o acompanhamento dos produtores na aquisição de equipamentos,
7. Controle na utilização dos recursos do projeto.

Normativa que regula o funcionamento de ONGs e OSAUP, e que promove ou dificulta a participação das mulheres. Existem vários projetos em tramitação no Congresso Nacional tratando da regulamentação das ONGs e Organização Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPS).

Serviços, programas e repartições vinculadas a AUP. O Governo do Distrito Federal conta com uma estrutura que tem capacidade de fornecer serviços de boa qualidade aos pequenos produtores. A Secretaria de Estado, as empresas e fundações disponíveis para esses serviços atuam, hora agravando as diferenças sociais hora diminuindo essas diferenças. Tudo depende da política de governo que se quer implementar. Elas são um instrumento de aplicação de políticas públicas.

Os serviços prestados as pessoas envolvidas em sistema de produção de agricultura urbana, peri urbana e rural ou às ASPROVE são, mais diretamente feitos, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura Abastecimento e Pecuária (SEAP) e suas empresas vinculadas. Indiretamente outras Secretarias também eram envolvidas dentre elas as de Educação com o programa “Bolsa Escola” e a da Saúde com o programa “Saúde da Família” a de obras com os programas “Água e Luz para Todos”.

### 1.2.5. Mapa de Atores



No período de 1995-98 as vinculadas a SEAP- Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária eram: EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF-Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; CEASA-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB-Sociedade de Abastecimento de Brasília e DIPOVA- Departamento de Inspeção de produtos de Origem Vegetal e Animal e APROVE-Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Produção Familiar. Esses eram os atores envolvidos com a ASPROVE. A seguir vamos descrever o perfil desses atores:

#### EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Missão. Desenvolver e disseminar os conhecimentos do sistema produtivo agrícola, para informar e formar produtores e trabalhadores rurais, suas famílias e organizações, visando o desenvolvimento rural sustentável e o pleno exercício da cidadania.

Público que atende prioritariamente. Pequenos agricultores de base familiar, trabalhadores rurais e agricultores sem-terra, suas famílias e organizações. O principal comprometimento do extensionista, no atual Governo, é com o sucesso dos pequenos agricultores.

#### Ações estratégicas

- monitoramento das áreas rurais do DF, com a coleta de informações sobre solos, clima, vegetação, aptidão agrícola e outras, para fins de melhor conhecimento das limitações e das suas potencialidades, melhor planejamento da atividade agrícola e exploração econômica mais racional do solo, sem impactos negativos para o ambiente;
- caracterização tipológica e socioeconômica dos produtores e dos estabelecimentos rurais;
- envolvimento permanente dos agricultores na análise da situação agropecuária e das potencialidades e na definição de prioridades;
- estudos de alternativas de investimentos viáveis para as condições rurais locais;
- capacitação técnica e gerencial dos pequenos produtores;

- criação e manutenção, em parceria com a CEASA-DF, da Central de Informações de Mercado Agrícola (CIMAGRI), instrumento que tem contribuído para a tomada de decisão dos agricultores quanto ao quê, quanto e quando plantar e sob que condições de preço vender;
- criação e manutenção da Central de Informações Agroindustriais (CEIA), um núcleo de orientação e assistência aos agricultores na elaboração de projeto e montagem de pequenas agroindústrias, que inclui análise econômico-financeira, acompanhamento do processo de registro do negócio, obtenção de financiamento e comercialização dos produtos;
- consultoria e treinamento de técnicos de outros municípios na implantação de experiência semelhante ao Programa de Verticalização da Produção Familiar (PROVE), em execução no DF(1995-98).

#### FZBDF - Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

Missão. Executar as políticas fundiária e de fomento agropecuário da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Público que atende prioritariamente. Algumas ações da FZDF como a conservação de estradas, a construção de barragens e a abertura e manutenção de canais de irrigação beneficiam todo o tipo de agricultor, mas a Fundação atende prioritariamente aos pequenos agricultores de base familiar, aos trabalhadores rurais e agricultores sem-terra, suas famílias e organizações.

#### Ações estratégicas

- controle e regularização fundiária das terras públicas rurais do DF;
- coordenação da execução do Programa Rural de Assentamento do Trabalhador (PRAT). O Programa inclui o cadastramento de trabalhadores rurais acampados no DF, demarcação de lotes, concessão de licença de ocupação provisória, regularização de posse e elaboração de projetos técnicos de exploração econômica dos lotes;
- construção e montagem de estrutura física de pequenas agroindústrias, em apoio ao Programa de Verticalização da Produção familiar do DF (PROVE). A FZDF montou uma "fábrica de agroindústrias" que tem a capacidade de produzir 120 "kits" ou unidades estruturais (em cimento premoldado e esquadrias metálicas) por ano;
- controle de qualidade dos produtos agrícolas processados ou industrializados, a partir de análises realizadas no Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Fundação, que também realiza testes para o aperfeiçoamento e padronização de novos produtos desenvolvidos pelas agroindústrias;
- regularização dos preços de insumos e materiais agrícolas, com a compra e revenda desses produtos, a preços mais acessíveis, ao produtor rural em geral e especialmente ao de baixa renda;
- apoio logístico ao funcionamento das pequenas agroindústrias, com a criação do "Balcão da Pequena Agroindústria" nas suas unidades de revenda. Como os pequenos empreendedores agroindustriais não possuem capital suficiente para adquirir equipamentos, embalagens e insumos em grandes quantidades, como exigem os fornecedores, a Fundação compra os produtos no atacado, em grandes lotes, e vende no varejo, na quantidade desejada pelo produtor;
- execução do Projeto Caixeiro Viajante, um serviço de atendimento direto aos pequenos agricultores de baixa renda que moram em comunidades distantes, pelo qual eles recebiam periodicamente a visita de pessoal da FZDF para fazer seus pedidos de compra de insumos e receber os produtos encomendados, com pagamento em até 4 (quatro) prestações;
- serviço de "Patrulhas Motomecanizadas" - conjuntos de máquinas e equipamentos agrícolas distribuídos nos diversos núcleos rurais do DF, para atendimento aos agricultores com serviços de preparo de solo, aração, gradagem, canais de escoamento d'água, abertura de estradas e outros;
- atendimento médico-veterinário e ações de defesa sanitária animal.

#### CEASA - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A

Missão. Incrementar a produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros com a finalidade de beneficiar produtores, distribuidores e consumidores.

Público que atendia prioritariamente. Como espaço de armazenamento, distribuição e comercialização de produtos agrícolas, a CEASA atende, em princípio, a todo o tipo de agricultor, mas são os produtores de hortaliças e frutas os que mais usam os seus equipamentos e instalações. Como centro de vendas a atacado, seus armazéns são arrendados a atacadistas e distribuidores e freqüentados por todas as categorias de comerciantes de produtos agrícolas que neles se abastecem regularmente. E, também, como ponto de vendas a varejo, uma vez semana, atende a toda a população, que nela se abastece sobretudo de produtos hortifrutigranjeiros.

#### Atribuições

- criar facilidades para a comercialização de produtos agrícolas, contribuindo para a melhoria do abastecimento, o aumento de renda dos produtores e a redução dos custos dos produtos para os consumidores;
- estimular a concorrência na formação de preços dos produtos agrícolas, contribuindo assim para a redução dos custos de comercialização dos produtos no atacado;
- contribuir com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento na difusão e adoção das normas de classificação e padronização de produtos hortifrutigranjeiros.

#### Ações estratégicas

- implantação e manutenção, em parceria com a EMATER-DF, da Central de Informações de Mercado Agrícola (CIMAGRI) e de um painel eletrônico que funcionam diariamente como fonte de referência e orientação para produtores e comerciantes quanto à oferta e demanda de produtos agrícolas no mercado. A CIMAGRI e o painel eletrônico formavam um sistema integrado que gera e divulga informações sobre quantidades de produtos disponíveis, quem produziu ou está vendendo, quem está interessado em comprar, que produtos e que quantidade estão sendo demandados e que preços estão sendo praticados. Conectado à Internet, o painel eletrônico captava e divulgava também os preços praticados em outras CEASAs;
- manutenção de um Banco de Dados sobre oferta e preços de produtos praticados ao longo do ano na CEASA-DF e outros estados, que serve como importante instrumento de orientação aos produtores no planejamento da produção de hortifrutigranjeiros;
- disponibilização de uma área coberta de 4.300m<sup>2</sup> com 310 "bancas de feira", para venda de produtos agropecuários no varejo;
- manutenção de câmaras frigoríficas (10.425m<sup>2</sup>) para fins de armazenamento, conservação e beneficiamento de produtos agrícolas destinados ao consumo;
- construção de galpões na zona rural com a finalidade de classificar, padronizar e embalar os produtos hortifrutigranjeiros, realçando a qualidade e agregando valor aos produtos que serão levados ao mercado, beneficiando principalmente o pequeno agricultor;
- organização dos produtores agrícolas para melhor atuarem no mercado. A CEASA orientou a criação e cedeu espaço para a instalação da Associação dos Produtores de Hortigranjeiros do DF, com quem, democraticamente, discute e define os horários e a disciplina de funcionamento da central de abastecimento. A Associação tem um representante no Conselho de Administração da CEASA e, juntas, as duas instituições promovem visitas de produtores a outras CEASAs e a áreas de produção, para troca de idéias, conhecimentos e experiências.

#### SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília

Missão. Apoiar a execução da política de abastecimento e o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do Distrito Federal e sua região geoeconômica.

Público que atendia prioritariamente. Exclusivamente o excluído

#### Ações estratégicas

- alocação de recursos para aquisição de materiais e equipamentos destinados ao oferecimento de condições de infra-estrutura e custeio da produção das pequenas propriedades e assentamentos rurais. Uma parte dos recursos é alocada a título de subsídio e a outra, vencido o prazo de carência, é reembolsada pelo valor equivalente em produto;

- acompanhamento gerencial, análise da produção e venda de produtos da pequena propriedade rural e da pequena agroindústria, para orientação no planejamento da produção e no estabelecimento de estratégias de comercialização;
- realização de estudos de mercado para identificação de níveis de aceitação e preferência dos consumidores em relação aos produtos das pequenas agroindústrias familiares do DF e de oportunidades para novos produtos agrícolas processados.

DIPOVA - Departamento de Defesa Agropecuária e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal

Missão. Inspeccionar a sanidade e a industrialização de produtos de origem vegetal e animal, executar o programa de defesa sanitária animal e vegetal e fiscalizar o uso de agrotóxicos na atividade agropecuária.

Público que atendia prioritariamente. Todos aqueles que trabalhavam na cadeia produtiva agrícola.

Ações estratégicas.

- realização de campanhas de saúde animal (como vacinação contra febre aftosa, brucelose e outras doenças);
- vistoria prévia, inspeção e fiscalização de estabelecimentos com processo de registro em tramitação;
- fiscalização volante, durante o dia e a noite, nos principais pontos de acesso ao Distrito Federal, visando coibir o trânsito e a comercialização de alimentos sem controle fitossanitário;
- articulação, junto a entidades jurídicas, visando à adaptação de legislação às condições do pequeno agricultor.

APROVE - Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Produção Familiar

Missão. Constitui finalidade básica da *APROVE* o estudo e apoio à agregação de valor, por intermédio da verticalização da produção, em agroindústrias familiares, objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessas unidades, de forma sustentável e em respeito aos seus aspectos agroecológicos, regendo-se pelo disposto neste Estatuto e pela legislação em vigor.

Ações estratégicas.

- contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da pequena produção familiar, respeitando seus aspectos agroecológicos, ambientais, facilitando seu acesso ao crédito orientado, assistência técnica e capacitação profissional dos proprietários e familiares diretamente envolvidos na produção;
- apoiar atividades ligadas às áreas de agricultura, pecuária, floresta, aquicultura, extrativismo, agro e ecoturismo, artesanato, e produção agroindustrial, tais como: eventos, cursos, vídeos, publicações, conferências, seminários, exposições e atividades afins;
- promover e/ou apoiar a difusão de informação sobre os negócios agrícola, agroindustrial, florestal, ambiental, extrativista e do artesanato;
- incentivar e desenvolver estudos e pesquisas nas áreas ligadas à verticalização da produção;
- estimular a formação, capacitação, qualificação e o aperfeiçoamento profissional de produtores familiares e de seus empregados e de suas representações;
- prestar assessoria às pequenas propriedades familiares, sindicatos, associações e cooperativas, federações e confederações de trabalhadores rurais, e urbanos, por intermédio de consultorias técnicas, estudos, projetos e pesquisa;
- ampliar os canais de exposição dos produtos e serviços gerados pelas propriedades familiares, formais e/ou informais, impulsionando a comercialização;
- estimular o processo de legalização de empreendimentos ligados às propriedades rurais, que hoje atuam na informalidade.
- construir modelos de inserção social, em conjunto com grupos de cidadãos excluídos organizações governamentais e não governamentais, na busca de alternativas para

organizar populações economicamente excluídas, propondo formas de geração de emprego e renda.

- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

Atores que participavam dando apoio suplementar aos integrantes da ASPROVE

Os produtores associados a ASPROVE além do apoio direto dos atores acima mencionados eram apoiados, indiretamente, por várias outras instituições:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Companhia de Água e Esgoto de Brasília (CAESB).
- Companhia Energética de Brasília (CEB).
- Banco de Brasília (BRB).
- Administrações Regionais do DF.
- Secretaria do Meio-ambiente, Ciência e Tecnologia do DF (SEMATEC).
- Secretaria da Fazenda e Planejamento do DF.
- Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do DF.

## **PARTE 2**

### **2. DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

A origem da ASPROVE se deu em função da necessidade dos produtores do PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar, se organizarem para poderem, por eles mesmos, dar continuidade ao trabalho, até então, exitoso com suas agroindústrias.

Entendemos que antes de se falar da ASPROVE- Associação dos produtores do PROVE, o objeto de nosso estudo, é preciso saber um pouco sobre o PROVE, pois todos os associados da ASPROVE, pertenciam ao programa PROVE.

#### **PROVE- Programa de Verticalização da Produção Familiar**

O Contexto político no qual foi criado o PROVE e ASPROVE. O Prove-DF, surgiu durante o Governo do Distrito Federal (1995-1998) e representou uma experiência significativa, de concepção inovadora, enquanto um programa de governo local, voltado exclusivamente para o público de agricultores familiares. Ele simbolizou um exemplo pioneiro da ação de desenvolvimento do Estado, em apoio a este segmento de agricultores familiares menos favorecidos no Brasil.

Em janeiro de 1995, o professor Cristovam Buarque assumiu o governo do Distrito Federal. O compromisso político central de sua gestão situava-se na perspectiva de implementar mudanças na forma de governar, na primeira gestão local do Partido dos Trabalhadores (PT), sob o *slogan* de que Brasília seria reinaugurada (BRASIL, 2000).

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) proposto por este governo ficou registrado na Lei nº 874 de 09 de junho de 1995, onde foi apresentada uma nova concepção de desenvolvimento, *sustentável e solidário*, com a intenção manifesta de uma gestão democrática e participativa.

A única forma de enfrentar o grande desafio da civilização de nossos dias é construindo uma nova concepção de desenvolvimento. Um desenvolvimento que não crie desigualdades, que não destrua a natureza, que não comprometa o futuro das próximas gerações, um desenvolvimento que seja simultaneamente sustentável, porque pode se reproduzir e se ampliar para as gerações futuras, e solidário, porque inclui todos os homens e mulheres no acesso à riqueza e aos serviços modernos. [...] O PDES (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1995-1998) inscreve-se nesse consenso internacional, abraçando o conceito de sustentabilidade propondo-se a avançar no rumo da construção de uma sociedade mais justa para sua população. A ruptura da lógica da exclusão, que marcou o modelo de desenvolvimento vigente entre nós desde o Brasil colonial, exige que a solidariedade seja um valor central. Sem a solidariedade no centro de nossas preocupações e decisões, não será possível conter o processo de exclusão social crescente que conhecemos hoje.

Cinco são as principais dimensões de um desenvolvimento sustentável e solidário: econômica, social, ecológica, espacial e cultural (GDF, 1995, p. 3). Entre as diversas formas de governar propostas, este governo se comprometeu a:

1. governar por meio da participação;
2. governar significando o respeito ao cidadão;
3. governar significando um ato de responsabilidade; e
4. governar representando a parceria entre governo e sociedade (GDF, 1995).

Foi nesse contexto político de promessas de inovações que surgiu o Programa de Verticalização da Produção Familiar (Prove-DF) no âmbito da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal (SEAP DF).

O PROVE do Distrito Federal. O PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar do Distrito Federal -era um programa de incentivo e apoio à agregação de valor à pequena produção a partir do processamento dos produtos em agroindústrias familiares. Criado pela Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal (1995-1998), foi executado com o envolvimento de todas as suas unidades operacionais e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Governo Federal.

A criação do PROVE. A globalização avança em todo mundo, criando novos padrões e regras de produção e comercialização, tem afetado profundamente a atividade agrícola e os trabalhadores do campo e da cidade. O aspecto mais visível desse processo é a exclusão dos trabalhadores e sua família de uma vida digna.

Nas regiões rurais, urbanas e peri urbanas, os pequenos produtores, desamparados e sem condições de produzir para competir no mercado, abandonam suas unidades produtivas e se acumulam na periferia das grandes cidades, em busca de outro meio de vida. Mas, sem preparo profissional, não conseguem emprego e não têm como atender às suas necessidades básicas de alimentação e moradia. O resultado é o agravamento dos problemas sociais urbanos, o crescimento do número de invasões e favelas e o aumento da miséria, da fome e da marginalidade.

Esse fenômeno vinha ocorrendo também em todo o Distrito Federal, agravando as já altas taxas de desemprego. Foi para enfrentar este problema que o PROVE foi criado. Para dar ao pequeno agricultor urbano, peri urbano e rural e sua família condições que lhes permitam produzir, industrializar e comercializar seus produtos, garantindo-lhes emprego, renda e vida decente no campo.

Diante da urbanização crescente e do aumento da demanda por produtos processados, em razão da sua praticidade e economia de tempo no preparo para consumo, a industrialização dos produtos agrícolas no próprio ambiente rural se apresenta como a melhor alternativa para a capitalização dos pequenos agricultores, precisamente por permitir a ocupação de toda a mão-de-obra familiar na atividade produtiva e a agregação de valor aos produtos.

Os objetivos do PROVE.

- Criar e ampliar oportunidades para a inserção do pequeno produtor rural, peri urbano e urbano de base familiar, principalmente o de baixa renda, no processo produtivo;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores excluídos do processo produtivo, assegurando-lhes os meios necessários para o pleno exercício da cidadania;
- Criar e implementar mecanismos que estimulem os pequenos produtores a processarem produtos *in natura* de origem vegetal e animal, agregando-lhes valor e propiciando o aumento de renda e a geração de emprego no campo;
- Aperfeiçoar e criar novos mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos oriundos da pequena propriedade rural familiar.

O Público preferencial. O PROVE foi criado para atender exclusivamente ao produtor de baixa renda, tradicionalmente desassistido e sem condições para viver dignamente com sua família. Esse público era denominado de 'excluídos'.

A lógica adotada para a implantação do PROVE. Como Programa de Governo o PROVE foi implantado por meio de uma intervenção poder público. A intervenção a que nos referimos não pode ser confundida com uma ação paternalística do Estado. Apoiar àquelas pessoas que se encontram numa situação de carência, completamente desassistida é, antes de tudo, pagamento de uma dívida social.

O Estado é, sem sombra de dúvida um dos culpados, se não for o maior, pela situação em que se encontram esses pequenos produtores rurais. Além disso, a proposta do PROVE-DF era agregar valor à produção de forma competente, para que esses produtos sejam competitivos. O pequeno produtor não tem competência para tanto sem apoio. Portanto, a intervenção do

Estado se faz necessária em todos os pontos que dificultam que o pequeno produtor rural faça a verticalização de sua produção.

Para efeito de melhor entendimento, comparamos essa intervenção a uma escada em que todos os 11 degraus são pontos que o produtor tem dificuldade enorme em subir. Ajudá-los a subir esses degraus passa ser papel do Estado e de fundamental importância para o êxito do PROVE.

1. Motivação das instituições. Motivar as instituições públicas é uma tarefa necessária e difícil. Necessária porque sem a assistência técnica e extensão rural junto a essas pessoas não há como intervir. Difícil porque essas instituições públicas são constituídas com a maioria dos seus funcionários, com a cabeça formada para apoiar o "poder modernizante da agricultura". São nessas instituições que se reproduzem os mecanismos de desigualdades sociais.

As dificuldades que aparecem para se trabalhar com pessoas pobres é sem dúvida em decorrência de uma cultura que vai se formando alicerçada em um modelo econômico excludente. Ele se manifesta em todo o período de formação educacional dos técnicos do setor público.

2. A motivação do público excluído. A principal preocupação das pessoas pertencentes a esse público é a da sobrevivência, buscando obter as necessidades básicas para o sustento familiar. Elas raramente pertencem a associações, movimentos reivindicatórios organizados, sindicatos etc. São pessoas que têm uma vida recatada, além do trabalho cotidiano, seja na própria propriedade ou em outros lugares, como assalariado sazonal. Elas não acreditam em ações governamentais. A história mostra que, na prática, os programas que lhes são oferecidos trazem mais prejuízo do que ganhos. Usando estratégias adequadas procurou-se motivar os pequenos agricultores.

3. O capital. O Programa foi financiado pelos próprios agricultores. No entanto, é preciso entender como funcionam os bancos para ajudarmos o produtor a obter o empréstimo. No Brasil o problema está muito mais na dificuldade de tomar o empréstimo do que na falta de dinheiro para tal.

A massa monetária gerada pelo complexo rural mais, a de outros setores da economia, tendem a acumular-se nos bancos. Esses selecionam as melhores alternativas de reprodução do capital disponível (em seus relatórios os bancos demonstram que o setor produtivo não é a melhor opção para créditos de investimentos). Em consequência dificilmente os bancos privados ou públicos facilitarão o atendimento aos pequenos produtores agrícola, sem uma ação política, pois como vimos sua acumulação é débil. Alegam sobretudo custo operacional caro. Os recursos de capital tendem a acumular-se em investimentos onde a geração de valores seja mais elevada e produtiva; Com essa prioridade, desencadeia-se uma série de medidas que atingem de maneira danosa os tomadores de recursos financeiros para a pequena produção. Os bancos, sejam eles privados ou estatais, dão um tratamento estritamente igual aos desiguais.

Nossa luta para auxiliar a tomada de empréstimo, pelo pequeno produtor, foi reverter essa situação adotando estratégias adequadas tais como aval solidário e banco do povo.

4. A legislação sanitária e fiscal específica. Tão excludente quanto o sistema financeiro, são as leis que regulamentam a inspeção de produtos de origem animal e vegetal e as que referem-se às questões fiscais, a nível da pequena produção rural. Elas são elitistas e excludentes. As leis fiscais não consideram a descapitalização em que se encontra esse público exigindo dele taxas e impostos impagáveis pelo menos no início de sua atividade. Foi preciso reformular e elaborar a legislação dos Estados e municípios para a implementação do PROVE isto é, para viabilizar a construção de pequenas unidades de transformação da produção familiar.

5. A construção da pequena agroindústria. Com a legislação aprovada, nos foi possível elaborar projetos de pequenas agroindústrias para abatedouros de pequenos e médios animais, fabricação de doces, hortaliças pré- processadas, embutidos, produtos lácteos etc.

6. A capacitação e o treinamento. Capacitar e treinar esse público não foi o mais difícil, uma vez que essas pessoas sempre souberam fazer doces, linguiças, pães, biscoitos etc. No entanto, havia certos costumes culturais que eram difíceis de serem modificados. Quase todos produtores sempre industrializavam seus produtos na cozinha de suas casas. Tirá-los de lá e colocá-los em um ambiente propício era, às vezes, uma grande vitória. Outro problema, eram as embalagens e o modo de acondicionamento que se utilizavam para os produtos, de maneira errada. O papel firme da fiscalização, foi essencial para resolver esses problemas.

7. A disponibilidade de insumos ou balcão da pequena agroindústria e o caixeiro viajante. Na venda de produtos industrializados a embalagem é de suma importância. Além das embalagens, todo outro tipo de insumo é necessário à fabricação de diversos produtos. Para ter uma boa embalagem, ou qualquer outro tipo de insumos o pequeno produtor esbarra nas exigências das indústrias. Essas só admitem vender em grandes quantidades, e freqüentemente com pagamento adiantado.

O pequeno produtor não dispõe de recursos suficientes para comprar. Criou-se então o Balcão da Pequena Agroindústria (Carvalho,1998), onde o pequeno produtor podia adquirir máquinas e equipamentos de pequeno porte, utensílios, embalagens, uniformes, material de higiene e limpeza e mais de cem produtos básicos para agroindústrias, e o caixeiro-viajante para dar suporte na disponibilidade de insumos para aqueles agricultores, que apesar de terem dinheiro para comprar não tem dinheiro para transportá-los.

As compras até o valor de 217 dólares, eram parceladas em quatro parcelas mensais sem juros. O parcelamento da compra dos produtos e a venda em pequenas quantidades facilitou sobretudo para aqueles que não tinham o tão necessitado capital de giro, fator principal na falência das micro empresas. Democratizou as oportunidades, facilitando a compra de insumos e outros produtos básicos da atividade agrícola no meio rural, especialmente entre os pequenos agricultores que não dispõem de meio de transporte próprio.

8. Propaganda e Marketing. Para o pequeno produtor rural não só é difícil o entendimento, como quase impossível a execução de um trabalho de propaganda e marketing para seus produtos. Entendemos que o Estado tem que disponibilizar para esse público pessoas profissionalizadas nessa área, em tempo integral, para fazer e executar um plano de Propaganda e Marketing dos produtos a serem comercializados.

Uma das tarefas mais importantes foi criar uma marca que identificasse o programa e pudesse abrigar todos os produtos. A maior vantagem de uma única marca é no que se refere à propaganda, possibilita que a mídia do programa beneficie a todos de maneira barata.

A marca escolhida foi –PROVE- que como sigla, identifica o programa de verticalização como palavra, tem força e seu significado (visto que 100% da clientela produz alimentos) é pelo menos provocativo. Esta marca também funciona como selo de qualidade, identificando o produto com o programa. Isto confere credibilidade e segurança ao consumidor final. Foi adotado o código de barras para os produtores. Mesmo sendo semi-industrial ou artesanal, as pessoas reconhecem no produto que tem código de barras, um artesanal “chic”. Foram implantados out-doors em diversos pontos da cidade, vinhetas em rádio e televisão e panfletos falando sobre o PROVE, fazendo propaganda não somente do PROVE mas também da prefeitura que tinha o mérito de implantar o projeto.

9. A comercialização. As pequenas agroindústrias produziam doces, geléias, mel, iogurtes, queijos, temperos, conservas, chás, bolos, pães especiais, leite de cabra, ovos de codorna, frango caipira e muitos outros produtos com excelente qualidade, capazes de atender às mais exigentes clientelas. O ponto final de todo trabalho produtivo foi a comercialização dos produtos. É também o ponto mais difícil. Entretanto, o PROVE mostrou que quando o produto era bem feito, acondicionado em uma embalagem atraente, com uma etiqueta profissional, com

código de barras e o “carimbo” do serviço de inspeção, isso se torna bem menos difícil, independente de ter sido fabricado em pequena escala e por pessoas pobres.

Criamos o Quiosque do produtor para dar visibilidade aos produtos do PROVE, impulsionar as vendas e evitar que o valor agregado com a industrialização se perdesse na intermediação, em prejuízo do produtor. A criação dos quiosques é importante para a venda dos produtos no início, até que os produtos ganhassem maior reconhecimento e espaço nas prateleiras e gôndolas dos supermercados. Adota-se dois tipos de Quiosque do Produtor, um administrado pelo Governo e outro dentro supermercados totalmente independente do governo. A comercialização dentro dos supermercados, só foi possível em função de uma articulação entre o Estado, os Supermercados e o Produtor. São feitas pesquisas de mercado para aferir a receptividade dos produtos junto ao consumidor.

10. A fiscalização e Controle. À ausência de uma base econômica que favorecesse a pequena produção, aliou-se toda uma superestrutura jurídica que sempre lhe foi adversa. Essa superestrutura legal esteve invariavelmente direcionada para a grande propriedade rural voltada para a exportação, para o favorecimento sem limites ao capital. Isso explica porque existe tanta dificuldade em se viabilizar uma estrutura básica que compreenda uma legislação adaptada, e um serviço de fiscalização e controle para atender à pequena agroindustrialização.

Para que o consumidor final pudesse ter garantias de que o produto tinha todas as condições higiênico-sanitárias era preciso que ele soubesse que esses produtos são fiscalizados na sua origem e sofriam um severo controle de qualidade. Os custos das análises de laboratório de amostras tomadas para controle de qualidade, são totalmente pagos pelo Estado. Com esta ação tivemos melhoria nas condições de higiene dos produtos e sobretudo melhoria no entendimento da noção de higiene na lida doméstica.

11. O acompanhamento. O sucesso do PROVE, gerou necessidade de estudos e acompanhamentos permanentes por parte daqueles que o implementaram, em todas as fases de execução do PROVE. Um grupo de pesquisadores fornecem questionários para serem aplicados. Eles são aplicados ex-ante, durante e ex-post. Procura-se avaliar os impactos na questão de gênero, na questão ambiental, na questão social, na dinamização da economia local e na utilização de novas tecnologias.

**Tabela 3 - Os números do PROVE ao final do Governo Democrático e Popular**

Indicadores	Números
Agroindústrias existentes	118
Agroindústrias em construção	14
Projetos em análise nos bancos	4
Volume de financiamento contratado	US\$ 779,914.01
Famílias beneficiadas	178
Postos de trabalho gerados	712
Novos produtos	mais de 100
"Quiosques" do produtor	5
Visitantes (do Brasil e exterior)	3.419

Dados de outubro de 1998 (Carvalho, 1998)

A implantação do PROVE na prática. O pequeno produtor urbano, peri urbano e rural, interessado devia procurar a agência de desenvolvimento local da EMATER-DF mais próxima de sua propriedade. Lá ele recebia todas as orientações para iniciar uma atividade agroindustrial, desde a elaboração do projeto e o registro do negócio até a comercialização dos produtos. Os técnicos da EMATER avaliavam a possibilidade de sucesso do negócio, analisavam a disponibilidade de matéria-prima e de tecnologia apropriada para a agroindústria, as demandas do mercado consumidor, a capacidade de processamento, a capacidade gerencial do produtor e vários outros aspectos. Se as condições forem favoráveis, a EMATER elaborava um projeto,

providenciava a documentação necessária e o enviava para os bancos da rede pública ou para o Banco do Trabalho (da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do DF), para análise.

Analisado e aprovado o projeto, os bancos, usando recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do GDF e com aval do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda (FUNSOL), concediam um crédito de até US\$ 12.500,00 por família ou até US\$ 21.600,00 por grupo de famílias, para investimento e custeio. Outra opção foi o financiamento do Banco do Trabalho com recursos do FUNSOL, no valor de até US\$ 8 4000,00 . Neste caso, para custeio, os produtores têm prazo de dois anos para pagamento, com um ano de carência e juros de 4% (quatro por cento) ao ano. Para investimento, o prazo é de seis anos para pagamento, com dois anos de carência e juros de 5% (cinco por cento) ao ano.

Após a obtenção do financiamento, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal providenciava a construção da agroindústria, em tamanhos que variam de 14 a 55 metros quadrados. A obra era entregue em poucos meses, pronta para o pequeno produtor instalar os equipamentos e começar a trabalhar. Para isto, a Fundação Zoobotânica produzia quase toda a estrutura em placas de cimento premoldado. As pequenas agroindústrias eram fabricadas e instaladas de acordo com as normas técnicas e a legislação que regulavam o funcionamento da atividade agroindustrial, elaboradas pelo Governo do DF. Os insumos eram comprados no Balcão da Agroindústria da FZB-DF.

Para garantir que o produto industrializado tenha a qualidade exigida pelo mercado e preço competitivo, o pequeno produtor e os seus familiares que vão trabalhar na agroindústria recebiam assistência e treinamentos técnicos e administrativos, inclusive sobre "marketing" e as exigências dos órgãos de fiscalização sanitária. Os produtos somente eram liberados para comercialização quando atendiam às normas de higiene e saúde desses órgãos. A qualidade dos produtos do PROVE era assegurada por análises feitas regularmente pelo Laboratório de Tecnologia da Fundação Zoobotânica e pela constante fiscalização da Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (DIPOVA) da Secretaria de Agricultura.

Para a comercialização, o pequeno produtor contava com outras facilidades criadas pela Secretaria de Agricultura:

- Assistência na criação de embalagens com marca personalizada e com todas as especificações exigidas por lei;
- O uso da marca-fantasia PROVE - PRODUTO DE BRASÍLIA, criada para identificar a origem geográfica do produto e servir como selo de garantia de qualidade;
- Fornecimento, a custos de mercado e em quantidades acessíveis, de etiquetas e selos, inclusive com código de barra internacional, um dos requisitos para a comercialização dos produtos no exterior;
- Espaço apropriado para comercialização, na fase inicial do negócio, nos "quiosques do produtor", instalados em "shopping centers" e outros pontos estratégicos da cidade. Os grandes supermercados já estão vendendo também os produtos PROVE, após articulação feita pela Secretaria de Agricultura.

Brasil (2004) em sua tese de Doutorado apresentada no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília dá o seguinte relato sobre o PROVE: *"O PROVE foi um programa pioneiro e inovador em suas idéias e ações voltadas para um público de públicas de desenvolvimento e, em linhas gerais, serem integrantes do setor mais empobrecido do meio rural do Distrito Federal. Ele ficou conhecido, nacionalmente e internacionalmente, por ter sido, exclusivamente, direcionado ao setor menos favorecido dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que estabeleceu o compromisso de construir um "desenvolvimento sustentável e solidário agricultores familiares, considerados pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal como excluídos". Excluídos, no sentido de serem agricultores, historicamente, sem acesso a políticas"*.

O Programa criou logomarca própria, que representava tanto o Prove institucionalmente como lançou no mercado os produtos produzidos pelas agroindústrias (AGIs) a ele vinculado. Logo

após a inauguração da primeira agroindústria do Prove-DF em 1995, diversos acordos foram firmados no sentido de que seu 'modelo' fosse implantado em outros Estados da Federação, bem como em outros países em desenvolvimento. O governo do Distrito Federal chegou a doar um projeto de agroindústrias a Angola, no continente Africano, juntamente com uma agroindústria pré-fabricada pelo GDF – o "Kit-agroindústria", nos mesmos moldes das construções locais.

Em outros estados do Brasil, diversos programas de verticalização da produção, da mesma natureza ou natureza semelhante à do Prove-DF, foram executados, como por exemplo: Prove-Minas (MG), Prove-Pantanal (MS), Prove-Blumenau (Blumenau-SC), Sabor Gaúcho (RS), Fábrica do Agricultor (PR) e Programa Desenvolver (SC).

Reafirmando o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, o *Programa DESENVOLVER*, em Santa Catarina, seguiu parte da sistemática do aparato estatal e estrutura de funcionamento do Prove-DF, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Programa e produtos com a marca PROVE foram também apresentados ao Ministério da Agricultura de Cuba, em Havana; no Salão Internacional de Alimentação de Paris, França; no Encontro Internacional de Mercados de Buenos Aires, Argentina; na Feira Internacional de Hannover, Alemanha; e, mais recentemente, no 2º Encontro de Ensino Agrícola de Línguas Portuguesas, em Lisboa, Portugal.

Apresentados na Feira Internacional de Hannover, na Alemanha, os produtos com a marca PROVE foram tão bem recebidos que a Alemanha e a África do Sul fizeram pedidos de importação. A intenção, no entanto, era a de restringir-se, ao mercado regional, porque é o mercado que confere vantagens competitivas para os tipos de produto do PROVE. O PROVE é um programa premiado no Brasil, concorrendo com 325 programas, ganhou o prêmio destaque (os 5 melhores) do Concurso "Gestão Pública e Cidadania", promovido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dentre as metas do Programa, a organização dos produtores demonstrou ser um instrumento importante e necessário à continuidade e ao sucesso do Prove-DF. Esse fato levou os produtores, com apoio do Estado, a se unirem e formarem a Associação dos Produtores do Prove (ASPROVE) passando a eleger seus representantes. Com essa associação, pretendeu-se superar dificuldades como a compra conjunta de insumos, transporte coletivo e comercialização, entretanto não houve resultados permanentes satisfatórios.

### 2.1. Perfil dos integrantes da ASPROVE

Em pesquisa feito por (Brasil,2003) constatou se as seguintes características dos associados da ASPROVE:

- A maioria dos produtores morava no DF há mais de vinte anos (51,9%), sendo relevante a porcentagem dos que residiam há mais de trinta anos (32,5%). Do total de 578 questionários coletados, 41,7% estavam estabelecidos em seu imóvel há mais de 10 anos;
- 41,9% dos entrevistados declararam nunca ter tido outra profissão fora do setor agropecuário, seja como produtor ou como assalariado rural, e 40,6% declararam já terem trabalhado em outros setores de indústria e(ou) serviços;
- A maioria das famílias era composta, no máximo, por 9 pessoas, representando 94,1%, incluindo todos os membros do núcleo familiar. Prevalencia, entretanto, a família de tamanho pequeno, até quatro pessoas, com o índice de 47,9%;
- Quanto à faixa etária, 45,3 % declararam estar entre 21 a 65 anos de idade. 54,7% eram constituídos de menores, ou com idade superior a 65 anos, na faixa de prováveis aposentados;
- Com relação ao grau de instrução, 67,6% não haviam concluído o ensino básico, dos quais 35,9% só freqüentaram a escola até a 4ª série;
- A principal forma de participação social era em igrejas e associações de produtores locais;
- A principal fonte de água era a cisterna (46,2%) e o destino das águas utilizadas domesticamente, o terreiro (56,6%). O lixo freqüentemente era queimado (44,8%);

- O meio de transporte mais utilizado era o ônibus e o tamanho das casas variava de três a oito cômodos (68,3%);
- Dos produtores entrevistados, 60,4% não financiaram sua safra em 1995/1996;
- A prática da ajuda mútua não era comum entre o público pesquisado. O percentual dos que tinham por hábito esta forma de cooperação de trabalho era de apenas 8,7%.

Os associados da ASPROVE estavam vinculados as agroindústrias da marca PROVE, eram pequenos produtores da agricultura familiar, classificados pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal como "excluídos" e que tinham alguma produção, por menor que seja, no meio urbano, peri-urbano ou rural. Como vimos na caracterização do público alvo, trata-se de pessoas com uma carência de recursos financeiros muito grande.

Esse público não explicita demandas, por isso é preciso que o funcionário público vá atrás dele motivando-o a participar do programa. Essa tarefa não é das mais difíceis se você consegue ter as instituições governamentais ciente da necessidade de priorizar os mais necessitados. Através de abordagens específicas os técnicos do serviço de extensão rural tem como motivar esse público a participar de um programa como o PROVE. Os produtores do tipo "familiar" têm na atividade agrícola a sua única fonte de subsistência e de renda, Há entre eles os que, eventualmente, sequer dispõem de terra suficiente para plantar e produzir para o sustento da família.

## 2.2 Perfil da ASPROVE

### 2.2.1 Origen da ASPROVE

A ASPROVE nasce, incentivada pelos técnicos da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com a intenção inicial de que os pequenos produtores-agroindustriais, pouco a pouco, fossem substituindo o papel, de apoio, que o governo exercia. Para adquirirem maior força, competitividade e autonomia, os agricultores do PROVE foram estimulados, inicialmente, a se associarem ou a se organizarem em cooperativas, com a Secretaria de Agricultura instruindo-os sobre cooperativismo e técnicas de gerenciamento da cooperativa, da unidade produtiva e do negócio agrícola.

No entanto, preferiram fundar uma associação. Com a criação da ASPROVE, associação dos produtores donos das agroindústrias do PROVE, os agricultores filiados começaram a assumir, eles próprios a compra de insumos e a comercialização dos produtos de suas agroindústrias, diminuindo a ação tutelar da Secretaria, o que representava um grande avanço e mais uma conquista do Programa. Na criação da Associação, os produtores incluíram no estatuto a idéia de criação e filiação à ASPROVE de associações regionais chegando a se mobilizarem, para isto. O que mostrava uma clara evidência de se articular com outros atores que não fosse do serviço público

### 2.2.2 Objetivos, escala de intervenção e tipo de atividades

A ASPROVE tinha como finalidades/estratégias:

- Buscar o desenvolvimento social e econômico de seus associados;
- Comercializar a produção dos associados;
- Ampliar a capacidade de produção das unidades agro-industriais pertencentes ao PROVE;
- Desenvolver a capacidade de gestão dos pequenos agricultores associados;
- Buscar fontes de financiamento, doações, verbas governamentais e não governamentais que visem melhorar e ampliar as unidades agro-industriais;
- Realizar em parceria ou por conta própria cursos de formação profissional e cultural para os associados;
- Firmar contratos de produção com seus associados e em nome destes com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado;
- Assinar convênios de cooperação técnica;
- Promover os produtos PROVE na mídia e para a sociedade em geral;
- Desenvolver pesquisas de novos produtos;

- Adquirir matéria prima para as unidades agro-industriais de seus associados, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios.

A escala de intervenção era pequena nos primeiros anos, mas pouco a pouco notava-se que a interlocução dos produtores do PROVE passava a ser a ASPROVE e suas influências junto ao estado crescia em volume e em firmeza. Notava-se uma perspectiva de desgarrar-se do apoio tutelar do governo.

As principais atividades da ASPROVE eram: organizar vendas de produtos em feiras e eventos, supermercados etc. e dialogar institucionalmente com governo, supermercados, lojas de compra de insumos com a intenção de obter vantagens comparativas. Além disso reivindicavam cursos de capacitação e treinamento e viagens para conhecer experiências parecidas em outras unidades da federação.

Os atores que se relacionavam com a ASPROVE eram a SEAP-DF -Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, e suas empresas vinculadas, do Governo do Distrito Federal.e o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa por meio de bolsistas especialista contratados para dar assessoria à ASPROVE. O âmbito de ação da ASPROVE se restringia á área do Distrito Federal. A capacitação de seus membros e comercialização de seus produtos se davam também dentro do DF.

### 2.2.3 Organização e funcionamento

A ASPROVE, com a marca PROVE, era uma entidade civil sem fins lucrativos, com objetivo de desenvolvimento econômico dos associados, com duração indeterminada. A organização da ASPROVE era composta pela Assembléia Geral, Diretoria, Conselho de Representantes e Conselho Fiscal. Os integrantes desses órgãos não eram remunerados e se vedava o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na assembléia Geral. A eleição para membro da Diretoria e do Conselho Fiscal se dava por votação direta na assembléia Geral. O Conselho de Representantes era composto por um membro titular e um membro suplente de cada uma das regiões das regionais da associação no Distrito Federal.

### 2.2.4. Infra-estrutura e situação financeira

A ASPROVE, inicialmente, contava com o local de reuniões e toda a infra-estrutura, (mesas, um computador, armários, cadeiras) cedida pela Secretaria de Agricultura GDF. A situação financeira da ASPROVE era mantida com o pagamento de seus associados de um percentual das vendas dos produtos PROVE.

### 2.2.5 Interesses comuns e participação

Os interesses comuns da maioria dos associados da ASPROVE era a viabilização da comercialização de seus produtos e a compra de insumos, sem a tutela do governo. A participação durante o governo (1995-1998) foi considerada, pelos funcionários que assessoravam a ASPROVE, boa, entretanto no Governo (1999-2002) o interesse diminuiu bastante.

Sobre a participação dos associados o ex-presidente da ASPROVE relata: *"A maior dificuldade que nós encontramos aqui, [na participação dos associados] foi a diversidade das pessoas. Pelo fato de vir muita gente de fora, do Norte, do Sul. Desse país todo, tem gente aqui em Brasília. Então, são pessoas com idéias muito diferentes. Tem uma dificuldade tremenda de você unir as idéias e conseguir de forma uniforme. Então, você tem várias idéias e um objetivo só. Para adequar isso é muito complicado"*. (SÍLVIO PEREIRA PITANGUI, entrevista concedida a Sérgio Orsi, em 2001).

De fato a diversidade entre os associados, se constituía em uma dificuldade para a compreensão das ações a serem desenvolvidas emanadas pela liderança. Entretanto, é preciso considerar que essas pessoas não tinham hábito de participar de organizações sociais e faltava-lhes formação nas áreas de coletivismo/associativismo. Um dos mecanismos utilizados para tentar superar esse e outros pontos fracos foi a programação e execução de cursos

demandados pela ASPROVE para completar a formação dos associados nesta área do conhecimento.

#### 2.2.6. Datas importantes outros

- Janeiro de 1995 – assume o governo do Distrito Federal o Professor Cristovam Buarque, sendo o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores – PT.
- Julho de 1995: a Secretaria de Estado de Agricultura do Governo do Distrito Federal elabora o seu Plano Diretor no qual dá total prioridades as ações, na área de agricultura urbana peri urbana e rural, para as pessoas excluídas.
- Setembro de 1995: é inaugurada a primeira agroindústria familiar (PROVE) do Distrito Federal.
- Julho de 1997: os produtores do PROVE, começam a organizar-se em 1996 e em 21 de julho 1997 foi fundada a ASPROVE.
- Em 1997 começam a existir PROVE em MUNICÍPIOS e outros ESTADOS brasileiros.
- Outubro de 1998: último levantamento feito constatam a existência de 118 agroindústrias familiar do PROVE no Distrito Federal (Quadro 3).
- Novembro de 1998: é criada a APROVE como a intenção de assessorar a ASPROVE.
- Em 2003 já não existia, funcionando dentro dos padrões PROVE, nenhuma agroindústria no Distrito Federal.
- Em 2005: em levantamento feito constata-se mais de 500 agroindústrias, no Brasil, dentro das concepções do modelo PROVE.

### 2.3 Alianças estabelecidas pela ASPROVE para exercer influência pública acesso a recursos, insumos e mercados

#### 2.3.1 Objetivos e motivos que levaram o estabelecimento de alianças

Os associados da ASPROVE eram pessoas com recursos financeiros escassos e com pouca, alguns sem nenhuma, educação formal. Portanto o objetivo principal era obter tudo o que lhes poderia dar melhores condições para venda do seus produtos, para compra em melhores condições dos insumos necessários, e para capacitação e treinamento. Esses eram os principais motivos que os levaram a estabelecer suas alianças.

#### 2.3.2 Atores envolvidos e mecanismos utilizados

As alianças, em sua maioria, foram com organismos governamentais. A saber: SEAP- Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária. Ligados a Secretaria tinham: EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; CEASA-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB-Sociedade de Abastecimento de Brasília e DIPOVA- Departamento de Inspeção de produtos de Origem Vegetal e Animal. Criou-se a ONG APROVE- Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Pequena Produção Familiar, apesar de ter sido criada para funcionar como um importante ator, para a ASPROVE, por razões políticas isso não aconteceu.

Os argumentos para a filiação na ASPROVE eram dados pelos técnicos, em sua maioria extensionistas, pertencentes aos diversos atores envolvidos. Pouco a pouco os associados da ASPROVE começavam a explicitar suas demandas, a partir de suas necessidades, aos técnicos nas Agências Local de Assistência Técnica e Extensão Rural, ou durante as reuniões da ASPROVE, que as encaminhava aos locais competentes. O envolvimento dos associados da ASPROVE, com os extensionistas, era muito forte.

#### 2.3.3 Temas e tipos de alianças utilizados

As alianças eram feitas no sentido de resolver problemas dos associados da ASPROVE, advindos da verticalização da produção e em toda a cadeia produtiva. Desde a produção até a comercialização, passando por treinamento e capacitação. Portanto tratava de alianças pontuais.

As alianças pontuais foram feitas com os seguintes atores objetivando:

- Com a EMATER objetivando orientações para iniciar uma atividade agroindustrial, desde a elaboração do projeto e o registro do negócio até a comercialização dos produtos e capacitação.
- Com a Fundação Zoobotânica objetivando a manutenção da qualidade dos produtos do PROVE, feitas regularmente pelo Laboratório de Tecnologia.
- Com o DIPOVA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal da Secretaria de Agricultura para a certificação da qualidade dos produtos.
- Com a SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília para a comercialização dos produtos PROVE nos quiosque do produtor.
- Com a CEASA – para comercialização e aporte logístico de transporte.

A aliança estratégica foi feita com a APROVE- Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Produção Familiar, no sentido desta dar parte do suporte fornecido pelo Governo quando esse deixasse de existir.

#### 2.3.4. Benefícios mútuos alcançados

No início da ASPROVE os associados tiveram muitos benefícios, sem os quais eles não teriam êxito em suas atividades de pequenos agroindustriais. Para resolver a carência financeira do pequeno produtor na compra de embalagens e outros insumos em grande quantidade os associados da ASPROVE usufruíam do Balcão da Pequena Agroindústria, da FZB, que funcionava adquirindo insumos em grande quantidade e vendendo o preço de mercado porém em quantidade acessíveis e parcelado.

Os associados da ASPROVE que moravam e trabalhavam em comunidades rurais distantes enfrentam, entre muitos outros problemas, dificuldades para adquirir e transportar os insumos ou produtos de que precisam para cultivar a terra e para industrializar sua produção. Uma maneira de solucionar esse problema foi a criação do Caixeiro Viajante, da FZB, que ia até eles.

Os associados da ASPROVE também se beneficiavam FUNSOL – Fundo de Solidariedade, criado com recurso do Governo do Distrito Federal que avalizava, junto ao Banco empréstimos de até 1.760 USD, suficientes para a construção em alvenaria ou melhoria da pequena agroindústria, de 30 a 40 m<sup>2</sup>.

Os associados eram capacitados e treinados por meio de cursos de higiene, padronização, tamanho e forma, etc. no Centro de Treinamento de EMATER. Recebiam também muitos cursos, visitas a supermercados, e orientações constantes sobre como comercializar os produtos industrializados ou semi-industrializados. O Governo fazia propaganda do PROVE através de seus produtos colocados no mercado. Nunca se fez propaganda da ASPROVE até porque a estratégia era de tornar a ASPROVE independente do governo.

A produtora Eunice de Lourdes Custódio dos Santos, associada e fundadora da ASPROVE, quando estava com sua agroindústria em funcionamento faturava aproximadamente 240,00 USD brutos por mês. Decidiu ter uma agroindústria para aumentar a renda da família e tentar ajudar nas contas. Ela já fazia pão caseiro e cuca, além de pão bolo e biscoito integrais. O marido plantava horta, mas na época da seca tinham pouca água e a agroindústria ajudava nas despesas. Depois que Eunice parou de fabricar produtos, de acordo com entrevista em 2001, a situação ficou mais “puxada”. Ela relata que *“No início foi tudo bom, uma maravilha. Estava tudo dando certo, parecia um sonho. Agora com a mudança do governo, não foi muito boa para nós, que teve esses kits, porque foi fechando as portas, não teve apoio. [...] eu acho que de negativo, a gente só foi perceber, depois que parou. Porque se tivesse continuado, a gente achava que estava tudo bom. Porque a gente estava tendo apoio, ajuda, na época do Governo Cristovam. Não tinha ponto negativo, por que eles iam fazer várias coisas, a gente estava na esperança que ia ser melhor ainda”* (E. DE L. C. DOS SANTOS, 2001).

O governo, como um todo, teve o benefício institucional político. A ASPROVE também fazia propaganda de seus produtos e indiretamente do governo.

### 2.3.5 Participação das mulheres jovens e velhos

A participação nas alianças estabelecidas pela ASPROVE para exercer influência pública acesso a recursos, insumos e mercados foram feitas por adultos, mulheres e homens, uma vez que praticamente não existiam pessoas muito jovens nem velhos. As mulheres, como já foi falado nesse Estudo de Caso, teve uma participação fundamental elas participavam em maioria absoluta. No entanto havia questões de gênero importantes. Por exemplo, na hora de falar publicamente sobre a ASPROVE e/ou PROVE, ir conversar com as autoridades, públicas e privadas, constituídas, nessa hora, eram, praticamente, só os homens que participavam.

Dentro das alianças estabelecidas, principalmente com a EMATER, as mulheres tinham uma influência grande na incidência pública, pois eram elas que falavam, embora de maneira discreta, dizendo para os extencionistas qual eram suas demandas em função de suas necessidades.

### 2.3.6 Problemas identificados e formas de solucioná-los

O maior problema para o desaparecimento da ASPROVE foi a retirada do apoio do novo governo ao programa PROVE. Era de fundamental importância que esse apoio continuasse, pois se tratavam de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento, com pouca capacidade de andarem com suas próprias pernas.

Para solucionar, em parte esse problema, poderíamos ter criado a APROVE no início do programa para ao final do mesmo, estando consolidada, substituir em parte o estado. Outra possibilidade era prolongar, mais o tempo de assistência da parte dos atores que fizeram as alianças. No entanto, o que solucionaria todos os problemas seria continuidade do apoio governamental. Para isso o PROVE deveria estar dentro de uma política de Estado e infelizmente ele era apenas um programa do governo (1995-98) que não foi assimilado pelo outro governo (1999-2002). As opiniões dos integrantes do novo governo, sobre o público escolhido para o PROVE, contrapõe claramente às opiniões dos integrantes do antigo governo e reflete o que falamos.

O médico veterinário Pedro Guerra Kosinski, extensionista rural em exercício na EMATER -DF desde 1987, tem como principal preocupação a escolha do público para o programa "O Programa, o Prove-DF, de uma certa forma, ele, a idéia é excelente, só que a forma de escolha do público foi completamente equivocada em função da falta de 'ouvidos' do pessoal que estava realmente na cabeça [da SADF] que não tinha... Achavam que os que estavam mais próximos e que politicamente eram afinados e que mesmo assim poderia ter ouvido um pouco mais e [o Programa] teria tido mais sucesso. A escolha do público para mim foi fundamental, por que para mim se realmente a gente escolhesse 50% que fosse, não precisava ser 100%; 50% corretamente, como foi o pessoal de Planaltina (DF) que fazia pães e não lembro agora o nome e não sei se hoje funcionam, mas que estavam muito bem e acredito que até hoje ainda reflita na formação daquela associação que tem lá [RURART]. Um grupo, hoje que organiza buffet no DF todo, então são pessoas que tinham [condições]. Eram gaúchos, já tinham um poder econômico um pouco maior, então culturalmente eles mais elevados, socialmente, então tudo isso contribuiu para que eles pudessem, eles podiam... um carro. Foi um empurrão que realmente, e acredito que até hoje eles reconhecem isso. Eu acredito que tenha sido um grande avanço na vida deles. Agora você quer comparar uma pessoa nessa condição com uma outra que mal sabe escrever nome, não tem a menor noção do que [...] o porquê um preço é cobrado, por que tem que ter higiene, tem que lavar as mãos antes de começar o trabalho, por que ele embala aquele alimento de uma determinada forma, por que ele está na área suja e não pode ir para a área limpa depois de abater um frango; por que ele tem que estar de [uniforme] branco e de bota em um abatedouro. Então fica quase humanamente impossível você transformar aquela pessoa. É um salto grande demais. Você teria que ter tido mais calma em vez de ter tentado fazer tudo em quatro anos e ter tentado dar um passo menor mas que na eventualidade de uma reeleição, iria se pensar em um passo adiante. Eu acho que houve afobação e precipitação do governo e eu acho que quem pagou com isso foram as pessoas que entraram de uma forma errônea no Programa. Espero que em outra situação tenha pessoas,

*assim, mais preparadas para ouvir"* (PEDRO GUERRA KOSINSKI, 03 de novembro de 2003 in Brasil 2004).

Selma Aparecida Tavares, extensionista da Emater-DF desde 1987 em atuação Escritório Local da Emater-DF de Planaltina- DF, em entrevista concedida em 2003, acrescenta novos elementos significativos, destacando os limites e as possibilidades do público-alvo diante dos objetivos do Prove-DF tais como: aptidão, tempo real disponível para o trabalho, concorrência do mercado *"O início do Prove-DF teve uma visão do pessoal que tinha que ser as pessoas para serem incluídas – para ter inclusão social. Mas o que acontece é que em muitos casos escolheram pessoas que realmente não tinham preparo para montar uma agroindústria. O que era o básico para ela era ter uma alimentação, ter alguma coisa que ela pudesse fazer partindo dela. Interessante que nesta questão do Prove-DF não fez uma seleção previamente para ver se a pessoa tinha aptidão para a coisa e poucos foram os escolhidos que tinham aptidão. A muitos foram dados cursos e essas coisas todas para eles ingressarem. E havia aquela questão de que eles queriam fazer muita coisa, muitas agroindústrias, trezentas e não sei quantas agroindústrias, e isso não foi uma coisa 'pé-no-chão'. O ideal teria sido escolhido pessoas que tivessem aptidão nesta área e outra coisa, e fizeram uma programação de fazer com que essas pessoas se tornassem independentes, sabendo que depois poderia, após quatro anos ter o problema como houve de troca de governo. E não fizeram! Então em nossa área [Planaltina-DF] muitas pessoas foram carregando as agroindústrias neste período... muitas pessoas tiveram depressão, fechou, sociedades foram desfeitas, sociedades dentro de famílias, acabou, pessoas que realmente estavam vivendo super bem acabou fechando e então foi acontecendo isso. Quando acabou o Quiosque de vendas ele se sentiram largados [...] Cosma [produtora familiar integrante do Prove-DF ] está na informalidade. Faltou alicerce para as pessoas que tinham que ser trabalhadas inicialmente e depois ingressar no mercado. O período mesmo dos quatro anos do Prove-DF que teve aquilo de carregar mesmo, de apoio, muita gente mudou de vida, conseguiu comprar carro, telefone, melhorou de vida. Teve pessoas que cresceram como pessoas, mudanças e produtores que voltaram a estudar e depois dessa trajetória toda acabou não agüentando e teve que parar de estudar, fechar tudo e procurar emprego na cidade. Então tem todo contexto longo nisso aí. [...] O pequeno não agüenta a concorrência de mercado.[...] Uma opção inicial para este tipo de público do Prove-DF seria o artesanal"* (SELMA APARECIDA TAVARES, Escritório Local da Emater-DF de Planaltina-DF, 10 de novembro de 2003 in Brasil, 2004).

O Secretário da Agricultura, Agnaldo Lélis, apresentou em 1999 um novo programa para o setor agropecuário do DF, o Pró-rural, direcionado "a todos os produtores", indistintamente, e com valorização de linhas de fomento por produtos, como o leite e a fruticultura. Em entrevista concedida 1999, o Secretário Lélis coloca-se como administrador dos 14.000 produtores do DF, indistintamente, sem diferenciar políticas prioritárias ou exclusivas para um ou outro setor mais capitalizado ou mais frágil do setor agropecuário *"[...] eu aqui quero dizer que, assim que assumimos a Secretaria, preocupado sem estabelecermos um norte para que todo o corpo técnico da Secretaria e suas vinculadas e que pudéssemos responder à classe de produtores rurais do Distrito Federal dentro dos propósitos do Governo Roriz. [...] elaboramos um Sistema de Planejamento Rural, que é este norte que nós estamos estabelecendo. Dentro do Sistema de Planejamento Rural, foram priorizados vários programas, dentre eles nós podemos citar em primeiro lugar, o Programa do Leite [...] Outro programa que eu gostaria de ressaltar é o programa de fruticultura que nós estamos elaborando com a participação de técnicos de várias instituições [...] em todos esses programas, nós estamos tendo a preocupação de fazer com que eles sejam premiados pela questão da industrialização. E o programa da fruticultura da mesma forma. [...] A Secretaria de Agricultura atual não restringe a participação de grupos de produtores, ela está aberta a todos os produtores. Aos 14.000 produtores rurais que o Distrito Federal detém"*.

O Secretário de Agricultura Adjunto, Mardoqueu Gomes de Carvalho, em 1999, via na iniciativa do Prove um importante esforço de valorização do pequeno, do micro produtor, mas esclarece que no governo Roriz que se iniciou em 1999 a prioridade seria "por produto", retomando a lógica do processo dominante de modernização da agropecuária brasileira. O Secretário de Agricultura Adjunto critica o fato de o Prove-DF ter sido exclusivo para os agricultores excluídos,

deixando no esquecimento outros setores produtivos de médio e grande portes "O novo Governo criou um programa específico de produtores. Eu acho que inclusive um avanço aí no Prove. Passou a contemplar o micro produtor o pequeno produtor mesmo, teve o mesmo tempo um avanço e um retrocesso. O retrocesso foi esquecer de médio ou até grandes e cuidou-se dos pequenos. Aí o Prove surgiu de 95 à dezembro de 98, nós chegamos aqui em janeiro de 99 por um diagnóstico feito. Nós detectamos 64 agroindústrias do Prove funcionando então em janeiro de 99, elaboramos um novo programa de agroindústrias e que esse programa pretende, que ele está pronto, juntar todos aqueles produtores que já existem em 92, 93 e 94 com os que surgiram de 95 à 98 englobar todo mundo agora num programa só, tanto os pequenos quanto os médios e os grandes por que [...] um trabalho para ganhar o mercado que congregue todos os produtores. Vai beneficiar o pequeno também por que a solidez do médio produtor colocando o produtor no mercado você tá num programa junto com um pequeno ali em nome do Prove, ele vai dar condições para o pequeno ganhar mercado também, [...] Não na verdade é o seguinte: o plano de desenvolvimento do Distrito Federal que nós estamos chamando de PRÓ RURAL ele contém vários programas e aí a interpretação que se sentiu foi por produto. Mas na verdade é um trabalho por programas. Então nós temos programas de fruticultura, flores, programas de piscicultura, programas de pecuária de leite, é também o programa de agroindústria o trabalho ta limitado em alguns produtos por exemplo, frutas. [...] dentro da agroindústria o que o produtor tiver aptidão e demandar vai sair apoiado. Quer dizer qualquer matéria prima produzida no meio rural que ele queira transformar e tenha mercado é viável dentro do programa de agroindústria" (CARVALHO, M. G. de, 1999, em Brasil. 2004).

Sobre o desafio de se verticalizar a produção agropecuária, junto ao produtor urbano peri urbano e rural "excluído", o presidente da Emater-DF Paulo Castanheira, que assumiu a EMATER logo após a saída do governo do Professor Cristovam, apresentou sua opinião em 1999: "Sim, eu acho que é o seguinte, a verticalização é importante desde que haja realmente verticalização. [...] Agora, não é fácil essa integração de atividades. Ela é complexa e requer muita capacitação e muito conhecimento, que são atividades completas, não é uma atividade só. Então, eu acho assim: que a verticalização, ela é importante, agora ela não é pra qualquer um, não. Mas, desde que seja possível e que o mercado aceite, ela é interessante" (BRASIL, 2000, anexos, entrevista, p. 8).

Em oposição as declarações do Sr Aguinaldo Lelis, refletindo o antagonismo entre os dois governos, estão as declarações do Sr. Alípio Correia Filho ex-Secretário Adjunto de Agricultura do GDF(1995-98). Segundo Alípio "a descontinuidade do PROVE e em consequência o fechamento da ASPROVE " se deu porque o Estado (do Governo posterior) resolveu não apoiar o programa (PROVE). Ele impunha que o governo tivesse um projeto específico para apoiar não só a produção como a verticalização e a comercialização. O governo passado (1995-98) tinha um compromisso com o êxito da atividade do pequeno produtor para que este tivesse sustentabilidade ao longo de sua vida. O PROVE não deu certo, depois do governo Cristovam, porque o governo Roriz jamais teve alguma responsabilidade com a pequena produção, com o excluído, que era uma marca do governo Cristovam. Atender a todos era só uma desculpa para atender só os grandes.O que ele queria mesmo era acabar com todas as marcas, que estavam dando certo, do governo Cristovam" (Alípio Correia Filho em entrevista a Carvalho 2005).

O Prove-DF também serviu como logomarca partidária e em um amplo processo de divulgação de suas idéias era identificado como "Programa do PT". Em havendo a troca do governo para um outro grupo, o PMDB, politicamente esse programa enfraqueceu. Não só perdeu força como passou a ser repudiado pela sua representação simbólica. O Prove-DF era a "cara" do governo do PT e simbolizava a criação maior e pessoal do Secretário da Agricultura.

Naquele momento, havia fortes indícios que a sustentabilidade político-institucional estava ameaçada, a partir do novo entendimento das estratégias de desenvolvimento preconizadas e da conseqüente retirada do apoio central do Estado e de toda a máquina governamental. A partir dali, os agricultores familiares do Prove-DF tiveram, sem êxito, que reunir forças políticas suficientes e articulações intra-sociedade civil para "sobreviverem" à retirada do apoio especial do Poder Público, principal alicerce de sustentação do "Programa do PT".

Em 2001, o Sr. Sílvio Pereira Pitanguí, presidente da ASPROVE, relata que uma das causas, de interrupção dos trabalhos da ASPROVE, segundo ele, era o medo que tinham os associados do novo governo que se instalava *"A associação foi fundada em 1997 e hoje [2001] está praticamente parada e, se tiver, uns 30 associados, no máximo. A gente está parado justamente por ter dificuldade de reunir as pessoas, então fica difícil ter uma proposta para trabalhar. A Associação está parada. O maior problema foi o medo que se formou, diante da nova Secretaria de Agricultura do governo[Roriz], quando teve a mudança. [em 1997, na constituição da Asprove sobre a influência da SADF]"* (SÍLVIO PEREIRA PITANGUI, entrevista concedida a Sérgio Orsi, em 2001).

O ex- presidente das Centrais de Abastecimento de Brasília- CEASA do governo do Distrito Federal (1995-98) Vitor Frade de Almeida em entrevista concedida a Carvalho (2005) reflete a opinião contrária aos dirigentes do governo que o sucedeu e corrobora com as opinião anterior, *"O governo Roriz tem uma visão totalmente diferente daquela que o governo Cristovam tinha, no governo Cristovam você pensava no pequeno produtor na pequena produção para dá força a esse pequeno produtor para ele se entregado na economia. No governo Roriz é exatamente o oposto ele como grande produtor que é e o secretário de agricultura que assumiu também como grande produtor só pensavam nos grandes produtores , então o PROVE foi relegado a segundo plano além de não ter tido nenhum apoio os associados da ASPROVE foram perseguidos por serem considerados, erroneamente, "gente do PT". Com isso a tendência natural foi[o PROVE] ir sumindo do mapa alias como programa sumiu totalmente"* ( Entrevista concedida por Vitor Frade de Almeida a Carvalho. 2005).

Com a saída do governo que instituiu o Prove-DF, em 1999 houve uma ruptura dos elos estabelecidos entre os agricultores e o Programa e se estabeleceu um quadro de descontinuidade das ações e da concepção política inicialmente implementada. Os ideais do Prove-DF foram abandonados. A ASPROVE, por ser uma associação recém criada e de contar em seus quadros com pessoas sem nenhuma experiência, não foi capaz de articular novas alianças que pudessem lhes assessorar Desta forma o funcionamento das agroindústrias Prove não resistiu à ausência de apoio do Estado. Em novembro de 2003, todas as agroindústrias do Prove-DF haviam encerrado suas atividades regulares, segundo concepção inicial. Algumas sobrevivem até os dias de hoje na clandestinidade. No DF, em 2003, segundo Brasil (2003) é possível caracterizar a relação entre o Estado e os agricultores familiares urbanos, peri urbanos e rurais, como difusa e de abandono. Os agricultores familiares não conseguiram se organizar satisfatoriamente até o presente momento e o Estado promove ações preconizadas para o aumento de produção e produtividade, em que o foco está vinculado a estratégias de dinamização de "produtos" agropecuários e não de setores ou grupo de agricultores familiares. Não se percebe uma preocupação explícita com ações que venham a construir um desenvolvimento em bases sustentáveis.

No primeiro semestre de 1999, primeiro ano de governo Roriz, após a gestão do PT frente ao Distrito Federal, já estava claro que a concepção do Prove-DF e a ASPROVE, não teriam apoio do governo do DF, para sua continuidade nos moldes, inicialmente, preconizados. Em linhas gerais, a diretriz política da SEAPDF havia voltado a imprimir o tom do modelo dominante de desenvolvimento econômico do setor, de apoio, de forma genérica, aos produtores e, de forma específica, aos produtos. Essa é uma estratégia política que oculta a seletividade socioeconômica das políticas públicas (OLIVEIRA, 1995), pois a capacidade de ingressar nos programas propostos e manter a produção e produtividade em escala é diferenciada, e sua implementação está diretamente relacionada a padrões mais elevados de tecnologia e de acesso ao capital.

O novo governo inicia invertendo a prática do governo anterior que era tratar os desiguais diferentemente. Para o governo Roriz todos têm que ser tratado "igualmente".

Cleber Mendes dos Santos, chefe do Escritório Local da EMATER de Sobradinho-DF e técnico da instituição desde 1979, em entrevista concedida em 03 de novembro de 2003, apresenta sua opinião, com dados significativos e que justificam os resultados finais negativos. Ressalta a existência de uma dívida social do governo do Distrito Federal com o público excluído que ficou abandonado. A sua opinião, mostra a importância de se trabalhar, em primeiro lugar, com o

dia dia desses profissionais para a constituição de associações como a ASPROVE e programas como o PROVE "Eu avalio que é um programa que foi desenvolvido pelo governo do Distrito Federal, onde era o governo do PT, e numa vontade mais do Secretário da Agricultura, João Luiz Homem de Carvalho, que disponibilizou toda máquina administrativa do governo, naquela oportunidade, para que o Programa tivesse o seu êxito. E para isso, ele [o Secretário de Agricultura João Luiz Homem de Carvalho] enfrentou diversos problemas via legislação, via banco, uma série de outros, porém, mas tudo era sanado aquela vontade política de montar o programa. Aos trancos e barrancos, foi implantado, com diversas dificuldades, diversos problemas. A EMATER que estava no campo foi uma das principais peças do processo, mas que nós não estávamos tão preparados para enfrentar, desenvolver um programa desses, deste nível Então aprendemos muito, erramos muito e ao meu ver, a hora que nós estávamos tomando pé, finalmente de toda a situação, mais confiantes de qual rumo a gente estava levando aquele tipo de público, já conhecendo diversas facetas do processo todo, aí veio a mudança de governo. E com a mudança de governo, todo esse apoio inicialmente que eu coloquei de o governo abrir as portas para que viesse a acontecer, isso foi interrompido bruscamente. Então os objetivos e metas traçadas dentro desse novo governo que entrou [em 1999] não eram as mesmas do Prove-DF em virtude de que ele tinha um público específico e que naquela época todos nós conhecíamos que era de um público de excluídos. Que era uma visão totalmente diferenciada de que hoje o atual secretário, que achava que todos [produtores rurais] deveriam estar dentro do processo. Isso no início até houve algumas reuniões e que nós pudemos participar e onde abriram as portas para outro tipo de público, até dando, facilitando as coisas para esse outro tipo de público. [...] teve produtor aqui da região de Sobradinho (DF) que estava na busca de ganhar lotes do Pró-DF, ganhar lotes, e que foram até beneficiados. E esses que tinham sido público alvo do Prove-DF inicialmente, esses, tendo, esses, ficaram com dívidas no banco. É mais ou menos a trajetória que eu vejo. De tudo o que eu coloquei anteriormente, o Programa era um sucesso. [...] Existe uma dívida do governo com esse público, seja ele qual for esse público. Por que foi a gente, diante de um programa de governo que vislumbramos essa possibilidade de crescimento dele. Que nós fizemos de verdade que não deu prosseguimento, que eu acho que se houvesse prosseguimento, se tivesse continuado [o Prove-DF] hoje nós teríamos muitos agricultores em atividade. Então eu acho que o governo tem ainda um dever com esse público. Muitos estão endividados até hoje e não resolveram ainda. Outros já conseguiram negociar com o Banco e vem pagando e outros já liquidaram. Outros tiveram que vender a própria agroindústria para pagar [o banco]. Então assim é o que a gente vê. Eu acho que o governo tem realmente que voltar a atenção para esse público que estava no Prove-DF" (CLEBER MENDES DOS SANTOS, Escritório Local da EMATER de Sobradinho-DF, 03 de novembro de 2003)".

Maria Aparecida Barbosa da Silva montou uma agroindústria de doces cristalizados em Planaltina (DF), em função de ter um negócio próprio, uma profissão. Chegou a ter um faturamento mensal de R\$1.000,00, quando vendia mais. Faz sua avaliação no que achou de mais negativo e positivo no Programa "Olha, de negativo é que foi uma coisa tão rápida, que a gente teria que estar preparado para entrar no Prove, mas como? Não sei. Foi rápido porque quando a gente descobriu o programa, ele já estava em andamento e a gente entrou sem analisar nada. [...] resolvemos fazer doce, por que o cara falou que pão já tinha muita gente. A gente não sabia fazer nada de doce cristalizado, foi uma decisão rápida nossa, porque o programa surgiu e a gente na maior rapidez teve que entrar, sem projeto nosso. De negativo mesmo, é de estar fazendo uma divulgação sem estar aquilo de concreto, para a imprensa e na realidade, não era aquilo. Eu achei positivo pela minha força de vontade, tudo que foi oferecido eu procurei aproveitar no máximo, e a gente, graças a Deus, conseguiu. Porque as minhas condições que eu tinha, era mínima [...] Hoje estou parada, mas eu sei pela experiência que eu tive, o de ruim eu vou tentar não fazer mais, o de bom eu vou tentar de novo porque eu sei que dá, nem que seja pequenininho". (Maria Aparecida Barbosa da Silva in Brasil, 2004)

## 2.4 Estratégias desenvolvidas pela ASPROVE para influência pública e acesso a recursos, insumos e mercado

### 2.4.1 Principais estratégias e ações desenvolvidas

Em discussão com os associados da ASPROVE os dirigentes governamentais da época chegaram a conclusão que haveria um risco do PROVE acabar com o novo governo. Começou-se, então, a implementar ações e estratégias para a manutenção do programa.

Uma das estratégias adotadas pelos dirigentes da ASPROVE eram se de se tornarem visíveis para a sociedade, aproveitando o sucesso do programa PROVE. Eram freqüentes suas aparições na mídia. Notava-se que isso lhes aumentavam a auto estima e os fortaleciam-se, politicamente na sociedade, para suas sugestões e reivindicações junto aos órgãos governamentais e principalmente junto aos estabelecimentos financeiros e as grandes redes de supermercados.

Outra estratégia adotada pela ASPROVE era, por meio das suas alianças com as diversas instituições públicas, fortalecer-se, ao máximo, o “negócio”, isto é, buscar apoio dos órgão públicos para maior lucratividade em suas atividades agroindustriais. Isso significava, para a ASPROVE, os atores aliados comprirem os “onze degraus” preconizados pela metodologia de implantação do PROVE.

Em discussão com os associados da ASPROVE os atores aliados, para consolidar politicamente o Prove-DF elaboram um Projeto de Lei contemplando sua continuidade e garantindo os incentivos fiscais ao Programa. Levado à Câmara Distrital, foi aprovado em forma de Lei no dia 13 de janeiro de 1998, constituindo-se em um forte alicerce na tentativa de manutenção do Programa, além das fronteiras inicialmente planejada de uma gestão de governo, limitada a quatro anos. A Lei que instituiu o Prove-DF foi regulamentada pelo Decreto nº 19.226, de maio de 1998.

Diversos conceitos utilizados no Prove-DF eram novos e (ou) polêmicos e continuaram como foco de debates, durante toda existência do Programa. Houve a necessidade de serem explicitados na legislação, que normalizou a sua existência o Decreto nº 19.226, de 12 de maio de 1998.

Outra estratégia foi a criação de uma ONG que após o governo daria apoio, a ASPROVE. Criou-se , então a APROVE que tinha como finalidade básica estudar e apoiar à agregação de valor, por intermédio da verticalização da produção, em agroindústrias familiares, objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessas unidades, de forma sustentável e em respeito aos seus aspectos agroecológicos.

### 2.4.2 Influência política da ASPROVE

Os produtores do PROVE foram incentivados, pelo governo, a formarem a ASPROVE com o intuito de serem auto suficientes na organização e gestão de suas atividades profissionais. Além disso, o governo procurava ter nessas associações aliados para enfrentar a forte disputa política, na época, entre os políticos conservadores e a então administração de esquerda. A ASPROVE era uma dessas organizações aliadas do Governo. A sua influência política acontecia de forma diferente das influências políticas normalmente existentes. Ela influenciava o governo no sentido desse levar em frente suas políticas para a agricultura familiar espelhando-se nas necessidades e demandas dos sócios da ASPROVE. Ela não exercia uma influência política exigindo direitos ou simples benefícios, isto porque ela estava em um período de consolidação enquanto organização política, não tendo ainda independência para realmente exercer uma verdadeira influência política.

#### 2.4.3 Participação das mulheres, jovens e velhos

Segundo dados da Emater-DF, em março de 1998 faziam parte da ASPROVE representantes de 73 agroindústrias, envolvendo aproximadamente 120 famílias que se dedicavam a variados ramos de atividades: avicultura, processamento de vegetais, produtos lácteos, panificação, bolos, doces, conservas, embutidos, polpa de frutas e outros. Existiam oficialmente, como participantes da associação, em torno de 50% de homens e 50% de mulheres. No entanto, eram as mulheres que participavam não só nas discussões como no trabalho nas agroindústrias, na proporção de 90% de mulheres para 10% de homens. A idade variava entre 21 e 65 anos. Todos os integrantes moravam em suas propriedades, até porque essa era uma exigência governamental para participar do PROVE. Com a criação do PROVE as mulheres começaram a participar das tomadas de decisões na família e na produção dos produtos verticalizados, entretanto a participação delas na incidência pública, conforme já nos referimos, era real, mas sem visibilidade. A ASPROVE esboçava estratégia para a participação das mulheres na incidência pública, mais efetiva, quando esta foi desativada.

#### 2.4.4 Problemas identificados e formas de solucioná-los

Um dos problemas identificados foi que a ASPROVE, como estratégia para influência pública e acesso a recursos insumos e mercado, não estava consolidada enquanto associação, quando houve a troca de governo, devido ao pouco tempo de formada. Para não ter tido esse problema, hoje, entendemos que ela deveria ter sido fundada pelo menos um ano antes. Outro problema era a timidez da maioria dos associados e o complexo em relação ao mundo "desenvolvido" isso prejudicou a estratégia de fazer incidência pública. Com o tempo, o contato com interlocutores, mídia, dirigentes públicas, notava-se melhoras.

As estratégias adotadas com os consumidores foram exitosas quando se tratava de consumidores de poder aquisitivo baixo. As vendas em feiras, mercados da periferia, festividades em pequenas cidades eram organizados pelos próprios produtores, com sucesso. No entanto, quando se vendia nas grandes redes de supermercados, com consumidores de poder aquisitivo alto, eles necessitavam a assessoria dos técnicos do governo. A maior aliança, na área de comercialização, foi feita com produtores de eventos, que compravam os produtos PROVE para servi-los em suas recepções.

### **PARTE 3**

#### **3. ANÁLISES DAS ALIANÇAS E ESTRATÉGIAS**

##### **3.1. Análises das principais alianças estabelecidas**

A análise das alianças e estratégias da ASPROVE com os diversos atores não pode ser feita sem levar, sempre, em consideração a condição, de excluído dos associados, já relatada nesse estudo de caso. Por iniciativa própria a ASPROVE iniciava, pouco a pouco, a procurar suas alianças quando foi lhe tirado toda a assessoria governamental, dificultando a concretização de seus objetivos. Todas as alianças até então feitas, por ela, eram por incentivo do governo.

##### **3.1.1 Tipos de alianças estabelecidas**

As alianças, eram pontuais com objetivo de viabilizar o negócio familiar e em sua maioria, foram com organismos governamentais. A saber: SEAP -Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária eram: EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF-Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; CEASA-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB-Sociedade de Abastecimento de Brasília e APROVE- Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Pequena Produção Familiar. Os procedimentos utilizados para fazerem as alianças eram através de "contratos" com as instituições públicas envolvidas no suporte do PROVE.

##### **3.1.2 Cumprimento dos objetivos e efetividade das alianças estabelecidas**

Sem as alianças estabelecidas pela ASPROVE com as instituições públicas ela não iniciaria suas funções e não teria, mesmo que pequeno, um tempo de funcionamento. Portanto, os objetivos dessas alianças foram cumpridos com extrema efetividade no governo em que foi criada a ASPROVE, no governo seguinte foram retiradas todos os acordos decorrentes da efetivação das alianças.

##### **3.1.3 Relação da ASPROVE com seus aliados**

Para analisar a relação da ASPROVE com seus aliados temos que enteirar-se do estágio em que ela se encontrava. Recém formada por incentivo dos seus aliados governamentais ela não funcionava com suas próprias pernas. Tinha sempre a sua disposição técnicos assessorando os associados em todos os trabalhos normais de uma associação: a contabilidade, a gestão financeira, a capacitação dos associados e nos cursos de associativismo. A ASPROVE era uma associação que se formava na medida que o seus associados aprendiam a trabalhar dentro dela para um benefício comum. Por isso, a relação da ASPROVE com seus aliados foram boas e necessárias, porém de extrema dependência. Já no segundo governo essas relações foram interrompidas, pois os atores passaram, em função de uma nova política, a não se relacionarem como aliados com a associação

##### **3.1.4 Duração e evolução do tempo de alianças**

As alianças duraram, de forma efetiva, enquanto se manteve o Governo do Prof. Cristovam Buarque (1995-98). Com o novo Governo as alianças foram acabando, pois a proposta é que eles deveriam "se virar" por conta própria.

##### **3.1.5 Participação efetiva das mulheres jovens e velhos**

Um dos resultados surpreendentes na pesquisa realizada em 1997 por DUARTE diz respeito a divisão sexual do trabalho, observando-se que, *"na maioria dos casos, são as mulheres que estão na gerência das agroindústrias, atuando na ASPROVE e responsáveis pelo trabalho"*. Por um lado, este fato provocou conflitos familiares graves, mas também reforçou um processo de emancipação destas mulheres em busca da plena cidadania" (BISERRA, 1998; DUARTE; SALVIANO, 2002).

Esta cidadania refere-se não apenas ao aumento da renda familiar, mas sobretudo, aponta para as mudanças gerais na vida da mulher, relacionadas ao comportamento familiar/comunitário que lhes dá maior desenvoltura e conscientização acerca dos problemas produtivos, econômicos

e tecnológicos na busca da autonomia financeira e profissional. Pode-se falar também em um "resgate" do valor do trabalho doméstico tradicional e da utilização da experiência e conhecimento da mulher nas atividades em que ela domina e que, enriquecidas pelo conhecimento tecnológico, tornam-se para ela fonte de crescimento em uma dimensão mais social e econômica.

Por outro lado, foi possível observar que o apoio da família foi um fator importante para que a mulher pudesse exercer bem suas funções produtivas, ou não. Os conflitos familiares decorrentes da falta de tempo das mulheres para as atividades domésticas ou o trabalho da roça, suas próprias limitações na administração da agroindústria, fizeram, geralmente, da mulher mais bem-sucedida, também a mais sobrecarregada, a mais ocupada e a mais cansada. Em alguns casos, a falta de apoio da família (marido, filhos) colocou em risco a continuidade do negócio. Nos casos em que não foi verificado o apoio da família, a mulher passou a ter na Agroindústria uma fonte de trabalho extra e não tendo mais tempo para a casa, passou a contratar mão-de-obra externa para exercer as suas funções de dona-de-casa. Eram as mulheres, de fato, as interlocutoras entre a ASPROVE e os atores que tinha alianças.

### 3.1.6 Papel dos líderes no estabelecimento das alianças

A relação entre homens e mulheres nem sempre era fácil. Na maioria das vezes eram os homens que determinavam que tipo de atividade agroindustrial seria iniciada, mesmo sendo as mulheres que iriam trabalhar nas agroindústrias.

Analisando internamente as atividades tanto no PROVE, como na ASPROVE verificava-se que as líderes da atividade eram as mulheres. Eram elas que trabalhavam, agregando valor aos seus produtos, embalando-os e comercializando-os. Elas também dialogavam com os vendedores de insumos e com os compradores de seus produtos. Entretanto, na eleição para presidente da ASPROVE se elegeu um homem. Essa situação se explica pelo sério problema de gênero existente. Daí chamarmos de líderes formais os homens que se apresentavam na direção da ASPROVE.

O papel do presidente da ASPROVE, como líder, não foi muito remarcado. Na sua declaração em 3.1.8 em que diz: "*O presidente ia lá, praticamente, só para assinar papel e deixar as coisas resolvidas só pela assinatura*" reflete o que queremos dizer. Essa situação, pouco a pouco, apresentava perspectivas de melhora com o reconhecimento de que os verdadeiros líderes eram as mulheres e eram elas que produziam e estavam interessadas na melhoria da ASPROVE.

### 3.1.7 Pontos fortes e fracos para o estabelecimento das alianças

O ponto forte para o estabelecimento das alianças foi: a conscientização dos associados da ASPROVE na necessidade de ter atores que lhes pudessem fornecer orientação, capacitação e treinamentos para a manutenção e desenvolvimento do seu negócio; atores com capacidade de orientá-los no processo produtivo; determinação em orientar os associados da ASPROVE.

Os pontos fracos foram: a condição de pobreza que tinham os associados; o negócio de verticalização da produção familiar em pequenas agroindústrias nunca, então, visto pelos atores que se dispunham a fazer as alianças.

### 3.1.8 Dificuldade e mecanismos para superá-las

Uma das dificuldades que apareceram para a manutenção das alianças foi a retirada do apoio que as instituições davam para o funcionamento da ASPROVE. O relacionamento com os atores dependiam muito da orientação de técnicos, que atuavam junto a associação. Sobre isso relata o então presidente da ASPROVE Sr. Silvio Pitangui "*Um dos fatos maiores é que nós tínhamos três pessoas do convênio do CNPq, que davam o maior apoio. Então, quando eu peguei a presidência, praticamente elas que levavam a Associação. O presidente ia lá, praticamente, só para assinar papel e deixar as coisas resolvidas só pela assinatura. Com a mudança de governo nós perdemos essas três pessoas, e nós dependíamos muito, porque até então a gente não tinha aprendido a andar com as próprias pernas, devido à dificuldade que a gente tinha de se encontrar, não conseguimos assimilar a questão da associação. Elas é que levavam as coisas*

*praticamente à frente. A Secretaria de Agricultura com o governo Roriz deixou o programa andar com as próprias pernas e a gente teve muita dificuldade"* (SÍLVIO PEREIRA PITANGUI, entrevista concedida a Sérgio Orsi, em 2001).

Um dos mecanismos que se lançou mão foi a criação da APROVE, no entanto essa não funcionou por questões políticas. A APROVE foi criada com a intenção de substituir parte do assessoramento dado aos associados da ASPROVE pelo Governo. Além disso, era intenção da APROVE assessorar a ASPROVE sobre a incidência pública. No entanto, isso não aconteceu porque o novo governo do Distrito Federal pressionou o governo federal a condicionar seu apoio (através do CNPq- Conselho Nacional de Pesquisa), fundamental para o funcionamento da APROVE, mediante esta se comprometer a só trabalhar fora do Distrito Federal. A pergunta feita por mim e respondida pelo primeiro presidente da APROVE em 2005, explica a situação da época.

**PERGUNTA:** A APROVE foi uma ONG criada para, estrategicamente, substituir em grande parte o apoio dado aos produtores do PROVE, pelo setor público no Distrito Federal, após a entrada do Governo do Roriz (1999-2002). Como você poderia nos explicar, enquanto fundador e seu primeiro presidente, o porquê da APROVE trabalhar, a partir de 1999, em vários municípios brasileiros e não dar nenhuma assistência aos produtores do PROVE?

**RESPOSTA:** *"Existem dois aspectos básicos a considerar para esta resposta: primeiro, o que se refere ao objetivo central da APROVE, que em resumo se assentava na comprovação de que a verticalização da produção constitui-se num importante elemento para a geração da cidadania do pequeno produtor rural; e, segundo, a variável político-temporal que envolveu a criação da APROVE, ou seja, o grupo fundador era originário do Governo que acabara de ser derrotado eleitoralmente para o Governo do DF. Nesses termos, o posicionamento do CNPq em "impedir" naquele momento atividades quaisquer da APROVE no DF (lembre-se, a APROVE é uma entidade de cunho nacional e internacional) não encontrava amparo nas Normas do CNPq, muito menos na legislação vigente, o que nos permite concluir, sem demérito das informações que deram base a tal parecer, que se tratou de uma decisão política".*

Hoje, entendemos que uma das maneiras de ter superado esse problema seria a fundação da APROVE ao mesmo tempo em que começamos o PROVE ao invés de fundá-la, somente, ao final do governo do Prof. Cristovam Buarque. Isso resultaria, ao final de 3 anos, termos uma APROVE consolidada e independente para assessorar a ASPROVE.

### 3.2 Análises das principais estratégias desenvolvidas

#### 3.2.1 Tipo e efetividade das estratégias e ações desenvolvidas

A estratégias adotadas pelos dirigentes da ASPROVE de se darem visibilidade em função do sucesso do programa PROVE funcionou no primeiro governo depois não tiveram mais acesso à mídia. Da mesma forma a estratégia adotada pela ASPROVE era de, por meio das suas alianças com as diversas instituições públicas, fortalecer-se, ao máximo, o "negócio" e com isso fortalecer a própria associação. Foi exitosa no primeiro governo depois desapareceu.

As leis elaboradas e aprovadas foram postos de lados pelo governo seguinte uma vez que esse tinha a maioria na Câmara Distrital e não tinha interesse de dar continuidade ao Programa. Tínhamos a consciência que a APROVE não poderia substituir o Estado, mas acreditávamos que ela iria ajudar a ASPROVE no que se referisse a incidência pública. No entanto a APROVE foi proibida de assessorar o PROVE no Distrito Federal sob pena de serem retirados de seus quadro os 4 técnicos bolsistas fornecidos pelo CNPq. O que significaria na prática encerrar as atividades da APROVE. Permitiram-na de atuar, com os técnicos bolsistas pagos pelo CNPq, em qualquer parte do mundo, menos no Distrito Federal. No entanto, esse problema seria melhorado se a APROVE tivesse sido constituída na mesma época que a ASPROVE.

### 3.2.2 Êxito dos objetivos

Todos os objetivos da ASPROVE, assim como os do PROVE estavam sendo alcançados enquanto durava o Governo (1995-98). Formação da associação, organização e gestão da ASPROVE, apoio dado pelos atores aliados, em toda a cadeia produtiva, cursos de capacitação, treinamento etc. Essa seqüência de êxito, nos objetivos, foi interrompida com o novo governo.

### 3.2.3 Participação efetiva das mulheres jovens e velhos

Quando foi criado o PROVE as mulheres perceberam que seria estratégico elas participarem do programa. Antes as mulheres não tinham emprego além dos afazeres domésticos e portanto, não participavam das tomadas de decisão da atividade agrícola. O PROVE era uma oportunidade rara que se apresentava para elas. A proibição masculina não existia até porque fazer doces, embutidos, compotas, pães, etc, sempre foi, na concepção masculina, um trabalho de mulher. Dentro dessa concepção, elas também acharam estratégico a fundação e participação na ASPROVE. A estratégia traçada pelas mulheres em participar do PROVE e depois da ASPROVE foi uma estratégia exitosa "stritu sensu".

### 3.2.4 Papel dos líderes no estabelecimento das estratégias

O papel dos líderes no estabelecimento das estratégias foi conforme relatado em 3.1.6 para o estabelecimento das alianças

### 3.2.5 Pontos fortes e fracos para o desenvolvimento da estratégias e ações

O ponto forte no estabelecimento das estratégias foi a efetiva ação dos dirigentes públicos em colaborar com os associados da ASPROVE durante o primeiro governo de vida da ASPROVE.

Os pontos que inviabilizaram as estratégias adotadas foram: o pouco tempo, menos de dois anos, funcionando durante o governo democrático e popular, sendo insuficiente para a consolidação da ASPROVE como associação. A ingerência política na APROVE impedido essa de assessorar a ASPROVE e o não cumprimento da lei que exigia a manutenção do PROVE.

### 3.2.6 Dificuldade e mecanismos para superá-las

As dificuldades para se manter as estratégias vieram da retirada do apoio que os atores davam a associação. Um dos mecanismos utilizados para continuar apoiando as estratégia elaboradas foi a criação da APROVE, porém como já relatado a APROVE não pode exercer seu papel no Distrito Federal.

## **PARTE 4**

### **4. RESULTADOS ALCANÇADOS NO ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS E DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS**

#### **4.1 Resultados alcançados no estabelecimento de alianças**

##### **4.1.1 Resultados para membros da ASPROVE**

Todos os associados da ASPROVE eram produtores do PROVE. Por isso os relatos aqui feitos referem não só a opinião sobre a associação em si, mas também sobre o andamento e a satisfação dos associados, na época, em relação ao PROVE (resultados subjetivos e objetivos). Como já foi dito ASPROVE e PROVE estão interligados.

Em julho de 1997, foi realizada uma pesquisa objetivando analisar os impactos socioeconômicos, tecnológicos e ambientais dos associados da ASPROVE (BRASIL, 1998), com uma abordagem sociológica e privilegiando a opinião das famílias que haviam passado, em função das alianças com as diversas instituições públicas, por todas as fases do Programa, ou seja, motivação, financiamento, montagem da infra-estrutura, processamento padronizado e comercialização. Foram entrevistadas vinte e seis (26) famílias beneficiárias que haviam atingido a fase de inserção regular no mercado comercializando com a marca *Prove*, e pertenciam a ASPROVE.

Uma análise preliminar dos dados demonstrou resultados interessantes, em relação aos associados da ASPROVE, que faziam parte do programa Prove-DF:

- Indução de mudanças importantes na vida das famílias;
- Promoção da capacidade de gestão de seus próprios negócios, com noção inicial do custo/benefício das atividades que executavam, conduzindo-os positivamente a romper com seus comportamentos e saberes mais tradicionais;
- O Programa, muito além de transformar as práticas dos agricultores, propiciou também uma transformação paulatina no nível das representações sociais que os mesmos têm acerca do mundo e de si mesmos;
- “Deixaram de ser, na maioria, donas-de-casa, roceiros e empregados e passaram a ser e se sentirem como empreendedores rurais, ou seja, indivíduos ou grupos de indivíduos que conseguem vislumbrar, com maior clareza, a lógica do contexto que até então os excluiu”;
- Aumento na ocupação da mão-de-obra familiar que era, em média, de quatro empregos diretos nas Agroindústrias em funcionamento, havendo casos de retorno às atividades rurais de pessoas que tinham subempregos na cidade, notadamente filhos e parentes, demonstrando tendência de reversão no processo de migração campo/cidade;
- As famílias que se dedicam à produção higiênica de alimentos, ao adotarem procedimentos higiênico-sanitários na Agroindústria, levavam esses procedimentos para suas ocupações domiciliares;
- Produtores anteriormente excluídos do mercado legal, teriam saído da clandestinidade, passando a vender com a marca *Prove*, devidamente legalizada, dentro dos padrões exigidos pela legislação e pelo mercado;
- Melhoria da renda ao proporcionar à pequena unidade familiar rural condições para atingir novos mercados. Cálculos preliminares demonstraram que alguns beneficiários do Prove atingiram uma média mensal de rendimentos de (US\$160,00) por pessoa na família, valor quatro vezes maior que a renda inicial auferida. Não pode ser considerado um objetivo do Programa “enriquecer” produtores rurais em um curto período de tempo. Há destaques de desempenho financeiro, com faturamentos superiores a sete mil reais (US\$5.800,00) por mês;
- Os associados da ASPROVE, passaram a adotar um comportamento social mais extrovertido do que no início do processo. Apresentavam com mais segurança e conhecimento de causa os seus pontos de vista, seguros do papel social que estavam

começando a desempenhar. A cidadania tornou-se ganho indiscutível da maioria das famílias que haviam ingressado no Programa.

#### 4.1.2 Resultados para a ASPROVE com relação a sua organização, funcionamento e influência pública

Os resultados obtidos, em função do estabelecimento de alianças no governo do Professor Cristovam Buarque, para a ASPROVE, apesar de iniciais, foram satisfatórios. A associação se organizou: registrou um estatuto de funcionamento, tinha uma sede com móveis e utensílios (por empréstimo) começava a ser consolidada e se pensava em fazer aliança com outras associações congêneres. Entretanto, esses resultados começaram a desaparecer com o início do Governo do Sr. Roriz que retirou todo o apoio dado pelos atores públicos.

#### 4.2 Resultado alcançados com o desenvolvimento das estratégias

##### 4.2.1 Resultados alcançados para os membros da ASPROVE

As estratégias estavam sendo postas em prática quando houve uma interrupção do apoio dos aliados que assessoravam os membros da ASPROVE. No entanto, algumas estratégias mostravam resultados positivos para seus membros. A estratégia que o presidente da ASPROVE e os associados adotaram de ter visibilidade, por meio da mídia, foi positivo. O reconhecimento público de quem eram, começava a facilitar a suas interlocuções com os agentes financeiros e super mercados entre outros. A estratégia adotada pelas mulheres também foi exitosa. Conforme relato, das associadas, percebe-se que as mulheres recuperaram a sua autoestima trabalhando no PROVE e na ASPROVE.

##### 4.2.2 Resultados para a ASPROVE com relação a sua organização, funcionamento e influência pública

Apesar do pouco tempo de funcionamento com, a necessária assessoria dos aliados, a ASPROVE teve os seguintes resultados positivos:

- Consegui organizar-se legalmente em uma entidade jurídica de caráter civil sem fins lucrativos;
- Passou a ser conhecida dentro da comunidade de pequenos agricultores urbanos peri urbanos e rurais;
- Passou a ser um local de reuniões com discussões de caráter técnico e político;
- Passou a ser o porta voz dos agricultores do PROVE, junto ao governo e aos aliados.

## **PARTE 5**

### **5. LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES**

#### **5.1 Lições aprendidas com relação a organização, funcionamento e incidência pública.**

1. Aprendemos que os associados, produtores do PROVE, deveriam passar algum tempo a mais discutindo e fazendo cursos sobre associativismo e gerenciamento de empresas;
2. Aprendemos que a organização familiar tem grande potencial para melhorar a vida dos pequenos produtores urbanos e peri urbana sobretudo considerando a grande vantagem competitiva que ela tem, além de gerar ocupação de mão de obra de forma abundante, barata e desburocratizada;
3. Aprendemos que programas iguais ao PROVE e associações como a ASPROVE, no enfoque gênero, propiciam uma mudança radical (positivamente) no comportamento das mulheres.
4. Aprendemos que o potencial de entendimento, do público "excluído", sobre certas tecnologias produtivas e certos comportamentos como a redobrada atenção à higiene é muito maior do que nós, "os incluídos", achamos;
5. Aprendemos que as pessoas só trabalham de forma clandestina ou ilegal porque é quase impossível para um pobre legalizar o seu negócio dentro dos padrões empresariais no Brasil.
6. Seria mais fácil para a associação se as agroindústrias fossem construídas mais próximas uma das outra;
7. Aprendemos que os técnicos escolhidos para apoiar os produtores na organização da ASPROVE, deveriam ter mais conhecimento sobre empreendedorismo, associativismo e desenvolvimento sustentável;
8. As reuniões da ASPROVE deveria funcionar com mais frequência;
9. Não há possibilidade de nenhum programa, com as intenções do PROVE, seguir funcionando exitosamente se não estiver inserido dentro de uma política de Estado;
10. Os produtores do PROVE, futuros associados da ASPROVE, deveriam se capitalizar mais antes de formarem a ASPROVE para terem maior independência para fazerem incidência pública;
11. Aprendemos que na estrutura familiar de produção urbana ,periurbana e rural , se não houver agregação de valor à produção não há possibilidade de retorno financeiro viável para uma vida digna;
12. Aprendemos que quando qualquer governo coloca suas instituições para atender com exclusividade o público "excluído", todas as ações, se tornaram complexas e de difícil realização.

#### **5.2 Principais recomendações**

1. Mesmo com todo as dificuldades não abrir mão de trabalhar com os mais necessitados;
2. Motivar as instituições públicas, dedicadas a tarefa de apoiar associações e programas, para o público excluído é difícil porem necessária;
3. Sempre procurar modificar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais;
4. Não esquecer de que todos aqueles pertencentes a programa de agricultura urbana peri urbana e rural tem que ter paralelamente uma atividade de educação formal;
5. Procurar fazer um pacto entre as diversas correntes partidárias para acordarem no sentido de que todos programas de inclusão social sejam enquadrados em políticas de estado evitando dessa forma que os programas tenham a marca só de um ou de outro partido político.
6. Preparar o Estado. A razão disso é que o estado apesar de algumas vezes, tomar a iniciativa de trabalhar com os excluídos não está, suficientemente, preparado para essas tarefas;
7. Criar, através do governo, uma estrutura paralela ao Estado (Uma ONG) para que essa dê continuidade ao apoio recebido, caso o próximo governo não concorde com o programa;

8. Não se pode negligenciar a questão de gênero em programas do tipo PROVE e associação como a ASPROVE, por isso recomenda desde o início considerar essa questão;
9. Para se ter uma ação, exitosa, junto aos produtores familiares é necessário iniciar uma discussão paradigmática ou seja temos que adotar uma nova matriz tecnológica em que contemple , a produção de parte dos alimentos consumidos pela família no próprio local, a substituição de parte dos insumos comprados, para a produção, por insumos fabricados “in loco”, a verticalização da produção e um esforço para que a comercialização seja feita com pouca ingerência dos intermediários;
10. De todos os ensinamentos, ajudando na implementação direta ou indireta do programa PROVE e da ASPROVE e elaborando esse estudo de caso, o maior foi o de que o processo de exclusão social somente pode ser compreendido a partir da prática daqueles que a ele se antepõem, ou seja, daqueles que fazem da inclusão social perseverante exercício diário e constante fazer, que é nossa melhor maneira de dizer o que somos e aonde queremos ir.

#### 6. Quadro comparativo entre o CESAM - Centro de Saúde Alternativa de Muribeca e ASPROVE- Associação dos Produtores do PROVE

O quadro abaixo é um resumo comparativo entre as duas experiências. Guardando as diferentes proporções, o CESAM é um contra ponto, “curioso” à ASPROVE. Sem nenhum apoio governamental, mas com forte participação na comunidade e apoiado por organismos não governamentais, o CESAM continua como uma associação, nos dias de hoje, de agricultura urbana muito exitosa.

Tabela 4 - Quadro comparativo entre ASPROVE e CESAM

	ASPROVE	CESAM
Localização da experiência	Distrito Federal	Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco
Local onde a atividade é desenvolvida	Urbana, Peri – urbano e rural	Intra urbana
Tipo de política	Produção, transformação e comercialização	Produção, transformação e comercialização
Sistema de Agricultura Urbana envolvidos	Horticultura, fruticultura e agropecuária	Horticultura (Algumas folhosa para salada e plantas Medicinais)
Nível de intervenção do Estado	Individual e ou coletivo	Nenhum
Data do início	20 de outubro de 1997	Março de 1987
Data do término **	Novembro de 2003	Continua funcionando, consolidada
Número de associados	72	6
Atores com os quais fizeram alianças	Públicos (GDF)	Privados ( ONGs, Igreja)
Idade dos integrantes	21 a 65 anos	32 a 61 anos
Quantidades de produtos criados	112	20
Número de ocupação de mão de obra direta gerada por unidade de processamento familiar	Em torno de 4	6
Renda per capita das famílias (início)	US\$40,00 (1995)	US\$14,00(2005)
Renda per capita dos associados e seus familiares (após o início das atividades)	US\$160,00	US\$ 23,00
Participação por gênero	90% mulheres	100% mulheres

## Bibliografia consultada

- BISERRA, Rosângela. Na verdade todo homem tem medo que a mulher crie uma asinha e saia voando sozinha. Trabalho Final. Curso Antropologia. Brasília: Antropologia/UnB, 1998. (mimeo).
- BRASIL, Ida Cláudia Pessoa. Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: construção de uma relação diferenciada. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB, 2004
- BRASIL, Ida Claudia Pessoa. PROVE - Relatórios Institucionais - CNPq, Período janeiro de 1996 a agosto de 1997, Brasília, DF: Secretaria de Agricultura/CNP, 1997a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. PROVE - Relatórios Institucionais finais - CNPq, Brasília, DF: Secretaria de Agricultura/CNP, 1997b, mimeo.
- \_\_\_\_\_. PROVE - Relatórios Institucionais - CNPq, Brasília, DF: Secretaria de Agricultura/CNPq/NPCT, 2000, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Relatório pesquisa CNPq: Prove-DF . Brasília: CNPq, 1996, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Representações sociais: o processo de modernização da agropecuária brasileira. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Sociologia, UnB, 1995.
- PROVE - Relatórios Institucionais - CNPq, Período janeiro de 1996 a agosto de 1997, Brasília, DF: Secretaria de Agricultura/CNP, 1997a, mimeo.
- CARVALHO, João Luiz Homem de. Brasília. PROVE - O Gosto da Inclusão Social, SADF, 1995.
- CARVALHO, João Luiz Homem de (Org.). Agricultura cidadã: novas formas de intervenção do Estado para um novo modelo de desenvolvimento rural. Brasília: Secretaria de Agricultura, 1998.
- Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 223-239.
- Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p.205-221.
- DUARTE, Laura Maria Goulart (Org.). Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- \_\_\_\_\_; THEODORO, Suzi Huff (Orgs.) Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- \_\_\_\_\_; BRASIL, Ida Claudia Pessoa; SALVIANO, Olívia M. .M. de F., Avaliação do Prove - Relatório de Pesquisa, Considerações Preliminares. Brasília, DF, NPCT/CNPq, 1997, mimeo.
- \_\_\_\_\_; BRASIL, Ida Claudia Pessoa; SALVIANO, Olívia M. .M. de F. Agroindústria familiar e perspectiva de uma vida rural sustentável: um breve olhar sobre a experiência do Prove – Distrito Federal/Brasil. In: DUARTE, Laura Maria Goulart ; THEODORO, Suzi Huff (Orgs.)
- \_\_\_\_\_; Olívia M. .M. de F. O programa de verticalização da pequena produção familiar – Prove – como alternativa ao desenvolvimento rural sustentável e à cidadania da mulher no campo. In: DUARTE, Laura Maria Goulart ; THEODORO, Suzi Huff (Orgs.)
- GDF – PDES – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: DODF, 1995.
- GDF – SEMARH. Site Institucional da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.gdf.semarh.gov.br>
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 1995/1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- OLIVEIRA, Augusto de Andrade. Prove, o gosto da inclusão social. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2000.
- ORSI, Sergio Dias. Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2001
- Portal oficial do Governo do Distrito Federal site: <http://www.distritoederal.df.gov.br/>
- SALVIANO, O. M. M. de F. e BRASIL, I. C. P Prove: experiência de desenvolvimento na agricultura familiar do Distrito Federal. Trabalho aprovado para publicação nos anais do Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. México, outubro de 1998.